

VANESSA LOPES DE MIRANDA

**ENTRE O PARQUE ESTADUAL SERRA DO BRIGADEIRO E OS CAFEZAIS: A
CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DE ARAPONGA – MG (1980-2020)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Leonardo Civalle

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2022**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de
Viçosa - Campus Viçosa

T

M672e
2022

Miranda, Vanessa Lopes de, 1997-
Entre o Parque Estadual Serra do Brigadeiro e os cafezais: a
construção da paisagem cultural de Araponga - MG (1980-2020) /
Vanessa Lopes de Miranda. - Viçosa, MG, 2022.
1 dissertação eletrônica (94 f.): il. (algumas color.).

Orientador: Leonardo Civalle.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Geografia, 2022.
Referências bibliográficas: f. 91-94.
DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2022.225>
Modo de acesso: World Wide Web.

1. Patrimônio cultural - Araponga (MG). 2. Turismo. 3. Parque
Estadual Serra do Brigadeiro (MG). I. Civalle, Leonardo, 1962-. II.
Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Geografia. Programa
de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 22. ed. 363.69098151

Bibliotecário(a) responsável: Euzebio Luiz Pinto CRB 6/3317

VANESSA LOPES DE MIRANDA

ENTRE O PARQUE ESTADUAL SERRA DO BRIGADEIRO E OS CAFEZAIS: A
CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DE ARAPONGA – MG (1980-2020)

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 24 de fevereiro de 2022.

Assentimento:



Vanessa Lopes de Miranda
Autora



Leonardo Civale
Orientador

Aos meus pais, Maria José e Vicente, e minha irmã, Valéria

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Aos meus pais, minha irmã e meus amigos, que acreditam em mim e me lembram disso sempre que preciso.

À psicóloga que insistiu que eu não desistisse e, em meio à pandemia, me auxiliou a unir esforços para esse trabalho.

Ao meu orientador, que potencializou esse trabalho e demonstra tamanha humanidade em suas falas, aulas e apresentações acadêmicas.

Aos membros da banca, que contribuíram magnificamente com o trabalho.

Ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, pelas inspirações e apoio nos últimos sete anos.

Ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, pelo suporte e colaboração nos últimos dois anos.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realizar a pós-graduação e permitir a universalização do conhecimento, possibilitando que crianças possam sonhar com um diploma, antes mesmo de entender o que isso significa, assim como ocorreu comigo há cerca de vinte anos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Vós sois a luz do mundo. Uma cidade edificada sobre um monte não pode ser escondida. Igualmente não se acende uma candeia para colocá-la debaixo de um cesto. Ao contrário, coloca-se no velador e, assim, ilumina a todos os que estão na casa.

(Mateus 5:14-15)

RESUMO

MIRANDA, Vanessa Lopes de, M.Sc, Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2022. **Entre o Parque Estadual Serra do Brigadeiro e os cafezais: A construção da paisagem cultural de Araponga – MG (1980-2020)**. Orientador: Leonardo Civale.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que visou conhecer e analisar as influências do turismo após implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) na paisagem de Araponga – MG. Utilizou-se como recorte temporal 1996 a 2020 inicialmente, período entre a inauguração do parque e o início da pesquisa. Após realizar entrevistas esse recorte se ampliou para 1980 a 2020. Ao longo trabalho, discorre-se acerca do papel da paisagem na discussão sobre patrimônio cultural em uma pequena cidade de Minas Gerais, considerando que esta recebe influência do turismo advindo do Parque. Ao abordar “paisagem” considera-se aspectos morfológicos e simbólicos desse termo polissêmico, retoma-se que ele está atrelado à forma como as pessoas experienciam e se manifestam no espaço, assim, chega-se ao interesse de entender a percepção da comunidade que utiliza a paisagem, seja como moradia, seja como trabalho ou como fonte de alimento. Sabe-se que o Parque Estadual Serra do Brigadeiro foi inaugurado em meio a conflitos com os moradores próximos e com as prefeituras dos nove municípios que o integram devido à inserção de normatizações para preservação das áreas verdes. Esses conflitos possibilitaram o reconhecimento de uma comunidade unida e disposta a lutar pelo uso do seu espaço, sendo Araponga uma das protagonistas nesse contexto. Ao longo das entrevistas, a temática dos cafés especiais ganhou protagonismo na discussão de influências na paisagem de Araponga. A inserção desse tema contribuiu para fechar lacunas relacionadas à relação de moradores do entorno do Parque e visitantes. Dessa maneira, vislumbrou-se abordar o quanto o café e o Parque contribuíram no processo de formação do município de Araponga nas últimas décadas, além de entender que ambos colaboraram para a criação de pousadas e outros pontos de suporte para turistas. De forma complementar, a implantação do Parque possibilitou a manutenção de matas da Unidade de Conversação, mesmo com o avanço do plantio do café. Esse último, por sua vez, vem sendo realizado de forma a manter a mata nativa sem interromper a dinâmica econômica movimentada pelo mesmo. Após essa pesquisa, suscita-se trabalhos que

possam entrelaçar as individualidades presentes em cada município do Território Rural do PESB, bem como destacar essas particularidades, a fim de que possam ser preservadas.

Palavras-chave: Paisagem. Pequenas Cidades. Araponga. Parque Estadual Serra do Brigadeiro.

ABSTRACT

MIRANDA, Vanessa Lopes de, M.Sc, Universidade Federal de Viçosa, February, 2022. **Between the Serra do Brigadeiro State Park and the coffee plantations: The construction of the cultural landscape of Araponga – MG (1980-2020).** Adviser: Leonardo Civale.

This work is the result of a research that aimed to know and analyze the influences of tourism after the implementation of the Serra do Brigadeiro State Park (PESB) in the landscape of Araponga - MG. Initially, the period between the opening of the park and the beginning of the research was used as a time frame from 1996 to 2020. After conducting interviews, this cut was expanded to 1980 to 2020. Throughout the work, the role of landscape in the discussion about cultural heritage in a small town in Minas Gerais is discussed, considering that it is influenced by tourism coming from the Park. When approaching "landscape", morphological and symbolic aspects of this polysemic term are considered, it is resumed that it is linked to the way people experience and manifest themselves in space, thus, it is interesting to understand the perception of the community that uses it. the landscape, whether as a dwelling, as a job or as a source of food. It is known that the Serra do Brigadeiro State Park was inaugurated in the midst of conflicts with nearby residents and with the city halls of the nine municipalities that integrate it due to the insertion of regulations for the preservation of green areas. These conflicts enabled the recognition of a united community willing to fight for the use of its space, with Araponga being one of the protagonists in this context. Throughout the interviews, the theme of specialty coffees gained prominence in the discussion of influences on the landscape of Araponga. The insertion of this theme contributed to closing gaps related to the relationship between residents around the Park and visitors. In this way, it was envisaged to address how much coffee and the Park contributed to the process of formation of the municipality of Araponga in recent decades, in addition to understanding that both collaborated for the creation of inns and other support points for tourists. In a complementary way, the implementation of the Park made it possible to maintain the forests of the Conversation Unit, even with the advance of coffee plantations. The latter, in turn, has been carried out in order to maintain the native forest without interrupting the economic dynamics driven by it. After this research, works are raised that can intertwine the individualities present in each municipality of the Rural

Territory of the PESB, as well as highlight these particularities, so that they can be preserved.

Keywords: Landscape. Small Cities. Araçuaia. Serra do Brigadeiro State Park.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Diagrama com principais temas abordados na pesquisa.....	16
Figura 2 - Recorte Temporal estabelecido no início da pesquisa.....	32
Figura 3 - Recorte temporal estabelecido após entrevistas.....	32
Figura 4 - Diagrama com processo de entrevistas para este trabalho, utilizando o método “bola de neve”.	36
Figura 5 - Mapa com localização do Parque Estadual Serra do Brigadeiro em Minas Gerais.....	39
Figura 6 - Mapa com Localização da Unidade de Conservação do Parque Estadual Serra do Brigadeiro e municípios que o constituem.	40
Figura 7 - Localização de Araponga.....	40
Figura 8 - Árvore do IDHM dos municípios do entorno do PESB. Comparativo de 2000 e 2010.	41
Figura 9 - Fotografia da vista do centro de Araponga sem data conhecida.	44
Figura 10 - Fotografia do centro de Araponga sem data conhecida.....	44
Figura 11 - Fotografia de uma das ruas de Araponga sem data conhecida.....	45
Figura 12 - Mapa Esquemático dos centros urbanos de Araponga.....	46
Figura 13 - Diagrama com participação territorial dos municípios no PESB e uso do solo nesses municípios.	46
Figura 14 - Recorte de traçado das ruas do centro de Araponga presente nos arquivos da Câmara Municipal de Araponga. (ESQUERDA)	49
Figura 13(Direita):Figura 15 - Recorte de traçado das ruas de Areia Branca (Araponga) presente nos arquivos da Câmara Municipal de Araponga (DIREITA)...	49
Figura 16 - Conjunto de Esquemas com mudanças no traçado urbano de Araponga.	49
Figura 17 - Indicação do gabarito presente no Centro de Araponga.....	50
Figura 18 - Indicação do gabarito presente no trecho Areia Branca de Araponga. ...	51
Figura 19 - Indicação do gabarito presente no Distrito Estêvão de Araújo de Araponga.....	51
Figura 20 - Indicação do uso do solo presente no Centro de Araponga.	52
Figura 21 - Indicação do uso do solo presente no trecho Areia Branca de Araponga.	52
Figura 22 - Indicação do uso do Solo no Distrito Estêvão de Araújo em Araponga. .	53

Figura 23 - Indicação de fotos em Areia Branca	56
Figura 24 - Vista a partir da Avenida Antonio Toledo Ribas/ Vista em rua Nilo Dias de Andrade.....	56
Figura 25 - Vista em rua Nilo Dias de Andrade.	57
Figura 26 - Vistas em rua Puris.	57
Figura 27- Vista da Rua José Teixeira Lara.	58
Figura 28 - Indicação de fotos - Centro de Araponga.....	59
Figura 29 - Vista da Rua Vicente J de Lima	59
Figura 30 - Vista Rua Sebastião Costa Pereira e Rua Gabriel Lopes Leles.	60
Figura 31 - Vista da Rua Maria J Macedo.	60
Figura 32 - Vista da Praça de Araponga.	61
Figura 33 - Indicação de Fotos em Distrito Estêvão de Araújo.....	61
Figura 34 - Vista do caminho do Centro para o Distrito Estevão Araújo.	62
Figura 35 - Vista da Rua Luis M Pedra	62
Figura 36 - Vista da Rua dos Pontos (esquerda) e Rua Manoel José Martins (direita).	63
Figura 37 - Vista da Rua Juscelino Pereira.	63
Figura 38 - Vista da Rua João R Assis.....	64
Figura 39 - Fotografia da apresentação do grupo “Folguedo dos Arrepiados”	69
Figura 40 - Fotografia da apresentação do grupo “Folguedo dos Arrepiados”.	69
Figura 41 - Fotografia da apresentação do grupo “Folguedo dos Arrepiados”.	71
Figura 42 - Diagrama com percepção dos entrevistados.	74
Figura 43 - Esquema de Matriz SWOT	83
Gráfico 1 - Índice recebido pelo município em ICMS Patrimônio Cultural de 2002 a 2020.	85
Gráfico 2 - Índice recebido pelo município em ICMS Turismo de 2009 a 2019.....	85
Quadro 1 - Estrutura definida para entrevistas.....	18
Quadro 2 - Listagem para entrevistas.	19
Quadro 3 - População de Araponga segundo PSF.	45

Quadro 4 - Peças Legislativas selecionadas na Câmara Municipal de Araponga65

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- CEPEC** – Centro de Pesquisa e Promoção Cultural
- COE** – Convenção Europeia da Paisagem
- CTA-ZM** – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
- ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IEF** – Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
- IEPHA-MG** – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- ONG** – Organização Não Governamental
- PESB** – Parque Estadual da Serra do Brigadeiro
- PND** – Plano Nacional de Desenvolvimento: I PND (1972-1974) e II PND (1974)
- PSF** – Posto de Saúde Familiar
- PRODEMATA** – Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata
- PRONAT** – Programa de Desenvolvimento de Territórios Rurais Brasileiros
- SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SECULT** – Secretaria do Estado de Cultura e Turismo
- SENAR** – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- UC** – Unidade de Conservação
- UFPEL** – Universidade Federal de Pelotas
- UFV** – Universidade Federal de Viçosa (desde 1969)
- UNESCO** – United Nations Educational, Cientifico and Cultural Organization (Trad.: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
A. A paisagem e a complexidade sobre o homem e uso do espaço.....	15
B. Objetivos	16
i. Geral	16
ii. Específicos:.....	17
C. Metodologia.....	17
D. Hipóteses	21
2. CAPÍTULO 1 O Conceito de paisagem e a criação do Parque Estadual Serra do Brigadeiro.....	24
2.1. A Paisagem e sua complexidade	25
2.2. A importância do conceito de Paisagem para estudar Araponga.....	29
2.3. Breve Contexto sobre o PESB e a questão da territorialidade.....	31
2.4. A paisagem e a criação do PESB na perspectiva dos moradores locais	35
3. CAPÍTULO 2. ARAPONGA – MG.....	43
3.1. Caracterização de Araponga.....	43
3.2. A busca pelos mapas	47
3.3. O percurso por Araponga.....	53
3.3.1. Percurso por Areia Branca.....	56
3.3.2. Percurso pelo Centro	59
3.3.3. Percurso por São Bento (Estevão Araújo)	61
3.4. Buscas no histórico legislativo de Araponga	64
3.5. Araponga, o Parque e a paisagem cultural local.....	67
4. CAPÍTULO 3. FATORES SIGNIFICATIVOS PARA MUDANÇAS DA PAISAGEM EM ARAPONGA.....	73
4.1. O turismo e a construção da paisagem rural em Araponga	74
4.2. A paisagem do café em Araponga	77
4.3. O turismo e a construção da paisagem do café em Araponga.....	78
4.3.1. Identificação de forças:	83
4.3.2. Identificação de fraquezas:	84
4.3.3. Identificação de oportunidades:	85
4.3.4. Identificação de ameaças:	86
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

1. INTRODUÇÃO

A. A paisagem e a complexidade sobre o homem e uso do espaço

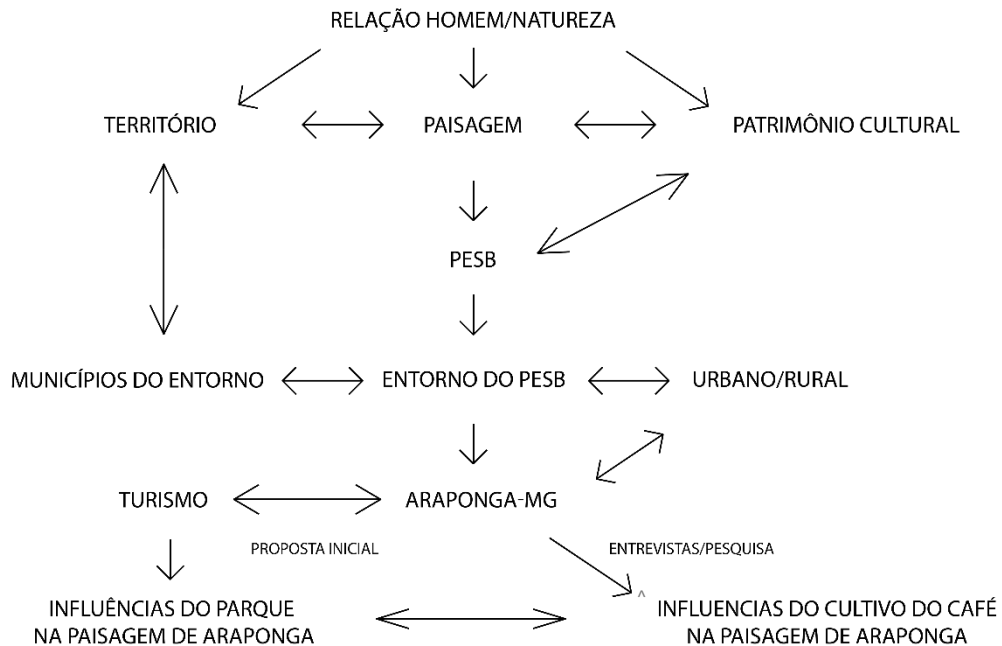
Esta dissertação nasceu do interesse de abordar o município de Araponga–MG a partir do conceito de paisagem. Dessa forma, considerou-se que, ao longo do processo de pesquisa, o trabalho tangenciaria assuntos relacionados ao município, trazendo maior complexidade para a discussão acerca do município. Ao abordar a temática da complexidade, Edgar Morin (2001) remete à importância de se considerar o contexto dos envolvidos em qualquer situação a ser analisada. Dessa maneira, o sociólogo reforça a importância de mobilizarmos nossos saberes, sejam culturais ou científicos para compreendermos a realidade social além das aparências. De forma complementar, Morin (2001) retoma a dificuldade de conhecer algo pela parte ou apenas pelo todo, visto que o conjunto dual se constrói para alcançar o que conhecemos.

Não podemos, portanto, compreender o ser humano apenas através dos elementos que o constituem. Se observarmos uma sociedade, verificaremos que nela há interações entre os indivíduos, mas essas interações formam um conjunto e a sociedade, como tal, é possuidora de uma língua e de uma cultura que transmite aos indivíduos; essas "emergências sociais" permitem o desenvolvimento destes. É necessário um modo de conhecimento que permita compreender como as organizações, os sistemas, produzem as qualidades fundamentais do nosso mundo. (MORIN, 2001, p.03)

Em continuidade, há que se admitir que estamos em uma realidade simultaneamente psicológica, mitológica, sociológica e econômica. Assim, os seres humanos, que se alimentam de elementos provenientes da natureza, também são seres culturais, com uma língua que possibilita interações sociais. Contudo, comumente nos atemos a estudar cada uma dessas instâncias separadamente, excluindo quaisquer relações entre elas. Essa separação intencional provoca a percepção aguçada dessa parte analisada, podendo ou não estar em um contexto.

Ao tratar um município como organismo complexo é possível abordar diferentes temáticas e assuntos para vislumbrar a compreensão do objeto em análise. Por isso, a seguir, um diagrama foi elaborado para indicar os caminhos e temáticas percorridas ao longo deste trabalho.

Figura 1 - Diagrama com principais temas abordados na pesquisa.



Fonte: Criado pela Autora (2021)

B. Objetivos

i. Geral

Identificar e analisar as influências do turismo após implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) na Paisagem de Araponga – MG tendo em vista as relações sociais presentes no espaço estudado. Utilizou-se como recorte temporal 1996 a 2020, período entre o ano de inauguração do Parque e o ano de início deste trabalho. Para esse processo de identificação e de análise, buscou-se informações a partir de documentos bibliográficos e legislativos, bem como por meio da percepção de moradores da cidade.

ii. Específicos:

1. Identificar o processo de formação das paisagens presentes no município de Araponga, distinguindo-as a partir de análise *in loco* comparada com critérios e conceitos de autores estudados;
2. Conhecer e analisar a percepção de pessoas que investiram em atender demandas de visitantes, como donos de pousadas ou de comércios que estão próximos ao Parque ou foram criados por causa dele;
3. Analisar legislações implementadas pela Prefeitura Municipal de Araponga após a inauguração do PESB, de forma a encontrar instrumentos urbanísticos e/ou patrimoniais aplicados à cidade e a seus objetivos;
4. Inferir influências do PESB nessas mudanças de paisagens de Araponga, buscando compreender se há relação direta com o Parque.

C. Metodologia

O presente trabalho contou, em uma primeira etapa, com o levantamento bibliográfico sobre paisagens, turismo, campo-cidade, rural-urbano, desenvolvimento regional, preservação ambiental e cultural em Minas Gerais. Em complemento, realizou-se um levantamento sobre Araponga e o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, buscando informações em bibliografias e mapas, utilizando teses, dissertações e artigos científicos disponíveis para consulta em bancos de dados das bibliotecas eletrônicas SciELO e Google Acadêmico. Em paralelo, nesta primeira etapa, ocorreram visitas *in loco*, para levantar características das paisagens de Araponga.

Também nessa etapa de levantamento foram contatados membros da Secretaria de Cultura, Meio Ambiente, Turismo, Esporte e Lazer de Araponga com o intuito de (1) direcionar a consulta de documentos em órgãos da cidade relacionados ao tema de Cultura, como biblioteca municipais; (2) analisar legislações de esfera municipal que possam ter sofrido influências de legislações estaduais e/ou ambientais de âmbito nacional, criadas e/ou alteradas após a inauguração do PESB; além de (3) identificar itens que condicionaram ou permitiram a interferência na

paisagem de Araponga entre 1996 e 2020. Foram contatados também, membros do Sindicato Rural de Araponga visando definir um direcionamento para o início das entrevistas a serem realizadas.

Como parte da segunda etapa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pessoas envolvidas com o atendimento de demandas de turistas, utilizando uma amostragem não-probabilística, o método “bola de neve” (snowball sampling) apresentado por Leo A. Goodman em 1961 (BALDIN, MUNHOZ, 2011). As entrevistas foram iniciadas com pessoas da Secretaria de Cultura, Meio Ambiente, Turismo, Esporte e Lazer de Araponga, acolhendo falas institucionais e não institucionais, visando criar uma linha do tempo com relatos, possibilitando a identificação de alterações nas paisagens após a inauguração do Parque. A seguir, a estrutura definida para as entrevistas, devidamente aprovada pelos órgãos responsáveis:

Quadro 1 - Estrutura definida para entrevistas

Enquadramento da entrevista	<p>As entrevistas semiestruturadas realizadas pretendem dar resposta ao seguinte problema de estudo:</p> <p>“Quais as influências do turismo após implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) na Paisagem de Araponga – MG?”</p> <p>A importância da entrevista advém de entrevistados serem integrantes do processo que o turismo promoveu.</p>
Definição de objetivos da entrevista	<p>Dar resposta às questões de investigação colocadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Quais as memórias em relação à estadualização do PESB? 2. Quais as medidas adotadas após a estadualização do PESB em relação aos visitantes? 3. Quais as mudanças percebidas em Araponga após a estadualização do PESB em relação aos visitantes? (Possibilidade de relacionar às atividades de agroecologia) 4. Quais as expectativas em relação ao turismo em Araponga?

Entrevistados	Donos de pousadas, fazendas visitadas e outros meios de relação ao turismo proveniente do PESB; gestores do PESB.
---------------	---

. Fonte: Criado pela Autora (2021)

Para a realização das entrevistas montou-se um cronograma de execução, a fim de detalhar e explicitar os principais pontos de interesse para a pesquisa. Ainda assim, por utilizar o método “bola de neve” já era esperado que o cronograma passasse por modificações ao longo do processo.

Quadro 2 - Listagem para entrevistas.

DATAS	DETALHAMENTO
25/03/2021 26/03/2021 27/03/2021	Entrevistas com responsáveis por pousadas serão agendadas com antecedência e os três dias serão reservados para que possa ser alterado algum horário em caso de imprevistos. Serão entrevistados os responsáveis pelos seguintes locais: - Pousada Dias Felizes (Praça do Rosário, s/n, Centro); - Pensão Santa Maria (Rua José Ernesto Cunha, 01, Centro); - Eco Pousada Serra D'água (Estrada Araponga- Fervedouro, km 06, Serra das Cabeças, 6 km do Centro); - Pousada Vale das Luas (Comunidade do Boné, Estouro, 17km do Centro); - Pousada Remanso (Comunidade do Boné, Estouro, 16km do centro); - Pousada, Restaurante e Lanchonete do Gatão (Rua Belarmino Araújo, s/n, Estêvão Araújo, 10km do Centro); - Pousada Avenida (Av. Antonio Toledo Ribas, s/n, Areia Branca); - Sítio Pedra Redonda (Comunidade Pedra Redonda, 4km do Centro); - Bar/Camping do Tãozinho (Comunidade São Domingos, 14km do Centro).
23/04/2021 24/04/2021 25/04/2021	Entrevistas com responsáveis por lanchonetes e restaurantes serão agendadas com antecedência e os três dias serão reservados para que possa ser alterado algum horário em caso

	<p>de imprevistos. Serão entrevistados os responsáveis pelos seguintes locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Padre (Praça do Rosário, 04, Centro); - Cantina Massa Fina (Rua Maria Joana de Jesus Macedo, 11, Centro); - Menestrel (Estrada Araponga – Fervedouro, km 06, Serra das Cabeças); - Petiscos da Serra (Praça Manuel Romualdo de Lima, 175, Centro); - Restaurante e Lanchonete da Dora (Rua Ângelo Jacovine, s/n, Centro); - Bar e Restaurante Zé Tãozinho (Rua São Geraldo, Centro); - Pesque e Pague Encontro das Águas (Estrada Araponga-Estouro, Km 07).
<p>21/05/2021 22/05/2021 23/05/2021</p>	<p>Entrevistas com representantes de espaços de memória ou bens culturais serão agendadas com antecedência e os três dias serão reservados para que possa ser alterado algum horário em caso de imprevistos. Serão entrevistados os representantes dos seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fazenda do Brigadeiro; - Fazenda Neblina; - Água Santa; - Igreja São Miguel Arcanjo; - Capela São Manoel; - Casa da Cultura; - Ermida Antônio Marins; - Capela de Senhor dos Passos; - Banda de Música Lira Sagrada Coração de Jesus; - Encomendação das Almas; - Folias de Reis; - Dança dos Caboclos; - Gruta de Mineração.

O número de entrevistados alterou conforme retorno destes, além disso, vale ressaltar que, apesar de os prazos estarem definidos em cronograma, a pesquisa somente foi iniciada a partir da aprovação pelo Sistema CEP-CONEP. As entrevistas ocorreram em um período menor que o planejado, visto a situação de pandemia e receio de contaminação, tanto por parte da entrevistadora quanto por parte dos entrevistados, ainda que todas as recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde) tenham sido consideradas e praticadas. Ao longo das entrevistas foram mencionados os gestores do Parque, tornando-se assim um entrevistado em interesse.

Por fim, em uma terceira etapa, foram compiladas as informações encontradas e coletadas em corpos textuais, com o objetivo de discorrer sobre a influência da presença do Parque nas modificações urbanas percebidas e apresentá-las em materiais para publicação e retorno à cidade. Nessa etapa, criou-se mapas facilitando a leitura comparativa das modificações ocorridas nas paisagens do município de Araponga após a inauguração do Parque, por exemplo, indicando tipologias de construções e diagramas para organizar processos utilizados e/ou desenvolvidos durante a pesquisa, como relações estabelecidas entre informações coletadas, registro e resultados de entrevistas. Para a construção dos mapas, utilizou-se dados do Sistema de Informação Geográfica (SIG) de Código Aberto licenciado segundo a Licença Pública Geral (GNU).

D. Hipóteses

O turismo pode ser caracterizado como uma dinâmica na qual há a deslocação de pessoas no território, promovendo um intercâmbio entre pessoas de diferentes locais, cotidianos e paisagens. Essa dinâmica de deslocamento tem como protagonista o turista em sua viagem, havendo como motivação a fuga de seu cotidiano, busca por desafios, curiosidade em relação a outras culturas, entre outros. De forma complementar, há grupos que oferecem a esse protagonista experiências de lazer, atividades radicais e/ou recreativas.

A busca por cenários e espaços para atividades que extrapolam o cotidiano possibilita a visualização por uma nova perspectiva. Aquele que vem de fora e apreende, por pouco tempo, um espaço tende a visualizá-lo de maneira diferente do indivíduo que se encontra trabalhando e vivendo no local. Essa mudança de perspectiva tende à formação de novas narrativas para um local, dentro da temática estudada, pode-se dizer que essa nova narrativa se aproxima da de uma paisagem.

Assim, partiu-se da hipótese de que a estadualização do parque da Serra do Brigadeiro colaborou na mudança ou criação de diretrizes relacionadas ao turismo. Por consequência, intuiu-se que o turismo advindo da presença do PESB influenciou a paisagem do município. Ao tocar no termo turismo vislumbrou-se o agroturismo e o ecoturismo como possíveis modificadores da paisagem de Araponga. Tal situação foi considerada por se tratar de um município majoritariamente rural e, hipoteticamente, influenciado pelo Parque, fator de interesse ambiental.

E. Contexto local e Justificativa: as transformações na paisagem urbana de Araponga-MG

O PESB foi inaugurado em meio a conflitos com os moradores próximos e com as prefeituras envolvidas em função de normatizações para preservação da mata presente no Parque. Além disso, em Minas Gerais os gestores municipais são legalmente incentivados a realizar investimentos em seus bens tombados, inventariados e registrados, considerando o Critério ICMS Patrimônio Cultural, como uma política de patrimônio, social e espacial entende-se que tais atividades também influenciam a dinâmica urbana de Araponga. Além disso, pode-se considerar também os Critérios ICMS Ecológico e o ICMS Turístico, visto a Unidade de Conservação e de visitantes.

Muitas mudanças ocorreram com a chegada dos turistas a partir da criação do Parque. Mudanças no modo de vida dos residentes próximos ao parque, devido à maior presença de turistas e transformações na cidade. Os turistas trouxeram mudanças desejáveis, como a movimentação do comércio e a necessidade de estadias; e indesejáveis, como interferir nos costumes locais ou não se adequarem ao modo de vida vernacular.

Portanto, há o interesse de compreender, por meio das modificações das paisagens urbanas, quais as mudanças sociais advindas da implantação do Parque e os modos de lidar com essas mudanças por parte da população. A partir disso, questionou-se, também, o quanto legislações Estaduais ou Patrimoniais podem ter influenciado nas transformações urbanas dos municípios próximos ao Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, bem como a relação da população com o Parque e restrições ambientais.

O estudo da paisagem demanda compreender contribuições que extrapolam o que é visto. Desse modo, é preciso aprofundar nas relações sociais presentes na memória e na história de determinado grupo para compreender as modificações ocorridas e seus significados. Dessa forma, este trabalho se justifica a partir do papel do urbanismo, enquanto disciplina e técnica relacionadas com o estudo, a regulação, o controle e o planejamento da cidade, utilizando a memória e a presença da paisagem como pano de fundo para entendimento da percepção das mudanças sociais e transformações urbanas ocorridas após a implantação do PESB, além de utilizar conceitos utilizados no urbanismo como métodos de análise de uma pequena cidade.

Nesse sentido, entender as dinâmicas presentes em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais pode contribuir em prognósticos, ou seja, indicar hipóteses associadas, por exemplo, a vetores de crescimento urbano, espaços que necessitam de atenção dos gestores municipais e demandas da população presente no município. Entende-se que, durante e após a pandemia Covid-19, a população de pequenos municípios tem sido afetada econômica, emocional e fisicamente, visto que nesses locais há a dependência de atividades culturais turísticas e relacionadas à agroecologia e à agricultura, como ocorre no município de Araponga.

2. CAPÍTULO 1 - O CONCEITO DE PAISAGEM E A CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL SERRA DO BRIGADEIRO

Cada cidade, em sua singularidade, apresenta vestígios da relação humana e marcas das modificações conferidas ao longo do tempo. Ao tratar dos termos espaço, território e lugar recorreremos à Geografia para justificar sua complexidade. A importância de considerar a perspectiva de pessoas de municípios do entorno da Serra do Brigadeiro no debate acerca da estadualização do Parque é fundamental, uma vez que os espaços geográficos podem não se sobrepor uns aos outros, mas todos indistintamente são frutos da relação da comunidade com a paisagem natural do local (RIBEIRO, 2007).

A noção simples de paisagem, geralmente, associada ao sentido da visão, confere o risco do erro e da ilusão. A paisagem pode ser tranquilamente transcrita pela linguagem. A título de ampliação desse conceito verifica-se que a literatura está entre as primeiras formas de expressão de paisagem. Como exemplificação, Luciana Schenk (2008) comenta “a Ítaca descrita por Palas Atena a um Ulisses cego, ou a existência da palavra grega *kepos-hortus* e sua descrição de lugar de descanso em meditação”, tal imagem viria a ser recriada posteriormente, com as tecnologias presentes em cada década.

Há variações acerca do entendimento do “nascimento do conceito de paisagem, visto que após a Idade Média há uma mudança na forma do ser humano se relacionar com o meio em que se encontra” (RIBEIRO, 2007). Apontamentos levam a um pensamento sobre paisagem iniciado no século XIV, no Renascimento Italiano, período ao qual se atribui o surgimento de paisagem com sentido de observação a partir de dois pontos, ou seja, enquanto perspectiva ou representação tridimensional.

A representação perspectivista colabora para o enlace entre paisagem e arquitetura, sendo a História do Jardim tangenciada pela historiografia da paisagem. Partindo desse aspecto, as diferentes formas e apropriações políticas, econômicas e culturais ligada aos jardins em Itália do século XVI e França do século XVII estiveram intrinsecamente relacionados à paisagem de ambos os territórios e aos modelos praticados pelos seus soberanos (SCHENK, 2008). Vale ressaltar que,

nesse contexto, a noção de perspectiva possibilitou a representação de paisagens, tanto em apropriações políticas quanto para o senso comum.

2.1. A Paisagem e sua complexidade

A paisagem enquanto termo científico utilizado em disciplinas como Geografia, Ecologia, Urbanismo, Paisagismo e Sociologia foi, em primeiro momento, considerada metodologicamente por Alexander von Humboldt (1769 - 1859), que buscou explicações e formas de entendimento da paisagem, tratando-a como ponto de partida e de chegada, simultaneamente, além de catalogá-la e descrevê-la como já vinha sendo feito antes. Por essa razão, como registrado por Rafael Winter Ribeiro (2007), alguns estudiosos do assunto atribuem a Humboldt o título de fundador de estudos da paisagem na Geografia.

As ilustrações dos livros, fruto de suas expedições, mostram uma noção de paisagem que transparece nas imagens: do lado direito se representa com técnicas de figuração da época, o esquerdo em detalhes e inscrições nomeando cada planta e analisando sua fitogeografia. (SCHENK, 2008, p.9)

Em um segundo período, ao final do século XIX, com a institucionalização da Geografia como ciência de métodos próprios, foram criados conceitos e formas de estudar a paisagem, atribuindo algumas variáveis às discussões acerca do tema, como dinâmicas sociais, natural versus cultural, sequências de observação, análise e síntese, bem como modos de vida de diferentes grupos como influenciadores na constituição e observação da paisagem (RIBEIRO, 2007).

De maneira simplificada, chega-se às dicotomias que são intrínsecas à paisagem: proximidade e distância, corpo e mente, cenário em que estamos e perspectiva que observamos. Ao ampliarmos a observação, pode-se compreender a paisagem como constituinte e condicionadora da formação do espaço. Temos a paisagem enquanto marca, possibilitando, “por exemplo, dedicar-se a quantificar estatisticamente formas e conjuntos de formas na paisagem, analisar a articulação dessas formas entre si, suas relações de associação e de exclusão, etc.” (BERQUE, 1998). Ou, ainda, a paisagem enquanto matriz, “porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura - que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a

paisagem do seu ecúmeno.” (BERQUE, 1998), sempre atrelado a um sujeito coletivo que se apropria e sofre influência da paisagem.

À paisagem se atribui a transtemporalidade (BESSE, 2014), contendo em si o passado e o presente simultaneamente, então esta passa a ser objeto de estudo do historiador e esse estudo pode ser usado para criar políticas públicas objetivando a melhoria da experiência da cidade. A partir disso, temos a paisagem como dinâmica e objeto do urbanismo, quando se considera que ela não existe somente como uma realidade física, mas como objeto social e histórico.

O termo *paisagem* participa de diversas áreas do conhecimento; uma gama de profissionais, especialistas, ou simplesmente interesses operam sobre essa temática (...). Contudo, algo parece comparecer em todas elas: a compreensão da paisagem como algo que se relaciona à história, à soma dos tempos que conforma os lugares, o que implica numa construção cultural e num modo de perceber essa relação inscrições nomeando cada planta e analisando sua fitogeografia. (SCHENK, 2008, p.11)

A análise da formação do município de Araponga também considerou a compreensão das atribuições dadas à cidade, sendo assim, foram consideradas três dimensões sobre ela. A primeira é a de artefato, pensando a cidade como coisa feita e fabricada, com configurações topográficas, arranjos espaciais, estruturas e equipamentos. A segunda é a cidade pelas representações sociais, visto que a cidade também é a imagem que seus habitantes fazem dela, assim, o bem cultural perpassa por matrizes no universo dos sentidos, da percepção e da cognição, dos valores, da memória e das identidades, das ideologias, expectativas e mentalidades daqueles que a utilizam cotidianamente. E, a terceira, pelas práticas sociais que possibilitam os significados sociais dados à cidade.

Outro termo passível de consideração é município: lugar da fruição. Há que se considerar a necessidade de a cidade ser culturalmente qualificada e com condições de viabilidade econômica, infraestrutura, políticas adequadas de habitação, transporte, saúde, educação, ou seja, prover aos seus participantes e atores a qualidade adequada para interagir e reivindicar seu espaço. Trata-se de uma responsabilidade do poder público possibilitar que tenha na cidade o patrimônio ambiental, a legislação, as instituições e as práticas qualificadas aos cidadãos.

Enquanto isso, no senso comum a paisagem está associada ao bucólico e ao natural, contendo pouca ou nenhuma ação antrópica, pitoresca, de caráter excepcional e própria para apreciação, mantendo um sentido atrelado ao estético, apenas de observação e contemplação. Como vemos, por se tratar de um termo polissêmico utilizado amplamente em disciplinas científicas e no dia a dia, paisagem é de difícil definição (RIBEIRO, 2007).

Embora seja comumente associada ao sentido da percepção visual de uma cena observada por um sujeito, a paisagem precisa ultrapassar os estudos tradicionais da sua matéria e alcançar o sentido cultural que a envolve (COSGROVE, 1998). Desta feita, o conceito de paisagem cultural como categoria de análise visando ao patrimônio foi incorporado pela UNESCO, em 1992, como tentativa de romper com a dicotomia entre cultural e natural instituída na Lista do Patrimônio Mundial. Este conceito veio a ser instituído no Brasil, em 2009, pela Portaria Iphan nº 127, a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, como novo instrumento jurídico para sua proteção.

Foram levantadas, em 2000, as possibilidades de criação de políticas públicas no âmbito da União Europeia, por parte da Convenção Europeia da Paisagem (COE), na qual a paisagem seria recurso para estabelecimento e manutenção de uma identidade cultural. Para a Convenção, a paisagem é definida como “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e interação de fatores naturais e/ou humanos” (COE, 2000, p. 2).

Quando se fala em paisagem podem ser levantados os aspectos morfológicos e simbólicos e entendê-la como marca e matriz, termos e conceitos da Geografia Humana, discutidos desde a década de 1960. A paisagem Cultural se apresenta como uma categoria de patrimônio ainda mais recente, presente na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), desde 1992 e, do Conselho da Europa (COE), desde 1995. A institucionalização de Paisagem Cultural no Brasil ocorreu em 2009 com a publicação da Portaria nº127 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dando um fim nas discussões sobre limites entre patrimônio cultural e natural e entre patrimônio material e imaterial utilizadas por instituições de patrimônio regional e nacional.

Em 2007, algumas reflexões teóricas foram feitas sobre o tema da paisagem, pela Série de Pesquisa e Documentação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico

e Artístico Nacional), intitulado Paisagem Cultural e Patrimônio do geógrafo Rafael Winter Ribeiro, solicitada pela coordenação do então Programa de Especialização do Patrimônio (PEP) do IPHAN. Encontra-se também a presença do conceito de paisagem em cartas patrimoniais, incluindo a Carta da Serra da Bodoquena – Carta das Paisagens Culturais e Geoparques e Carta de Bagé – Carta da Paisagem Cultural.

Em relação à Carta da Serra da Bodoquena, sabe-se que entre os dias 19 e 21 de setembro de 2007 realizou-se em Bonito, Mato Grosso do Sul, o Seminário Serra da Bodoquena/MS – Paisagem Cultural e Geoparque, o encontro foi promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com apoio da Prefeitura Municipal de Bonito e por intermédio de sua 18ª Superintendência Regional – Mato Grosso do Sul. Ao longo do Seminário elaborou-se a Carta da Serra da Bodoquena – Carta das Paisagens Culturais e Geoparques, o objetivo do documento foi definir novos instrumentos para o reconhecimento, a defesa, a preservação e a valorização da Serra da Bodoquena, assim como de outras paisagens semelhantes existentes em território brasileiro.

Já a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural foi produto da Jornada Paisagens Culturais: novos conceitos, novos desafios, promovido pelo IPHAN, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e a Prefeitura Municipal de Bagé. Nesse evento abordou-se de forma pioneira um painel acerca da temática da paisagem cultural. A Carta recebeu o nome da cidade gaúcha onde se realizou o encontro vanguardista que a gerou, além de fazer menção ao nome do evento que a produziu. A Carta da Paisagem Cultural tem como objetivo defender as paisagens culturais em geral e, em especial, do território dos Pampas e das paisagens culturais de fronteira. Tal temática se apresentou latente visto que, as fronteiras de países vizinhos com paisagens análogas apresentam manifestações culturais similares. As paisagens de fronteira podem, segundo a Carta, serem consideradas como pontos de união e não de separação de povos vizinhos.

2.2. A importância do conceito de Paisagem para estudar Araponga

Ao estudar as pequenas cidades do noroeste do Paraná, Endlich (2006, p. 384) relata como seus questionários e entrevistas possibilitaram uma interpretação que vai ao encontro às análises econômicas e demográficas realizadas por ela anteriormente. A estudiosa ressalta as peculiaridades em cada uma das quatro cidades do foco de pesquisa a partir do olhar daqueles que convivem na cidade cotidianamente, além da necessidade de entender o contexto histórico de cada uma para compreender a valorização feita pela população.

Contam como especificidades os atrativos culturais e naturais peculiares em cada município, como os rodeios em Colorado, os Três Morrinhos, as praias e rios em Terra Rica e os portos e rios em Querência do Norte, indicando apego a atributos territorializados. Neste sentido, cabe destacar, também, a referência positiva à água que se faz no município de Terra Rica. Essa valorização tem que ser interpretada sob o lume da historicidade desta pequena cidade, pois, como já se explicou antes, o abastecimento de água foi uma das principais dificuldades enfrentadas, especialmente no início da cidade, mas que se prolongou por cerca de cinco décadas. As pessoas mencionam a qualidade da água como algo que tem o 'sabor' da conquista. (ENDLICH, 2006, p. 384)

Partindo do amplo contexto de cidades com a configuração territorial de Minas Gerais, vislumbra-se a possibilidade de encontrar especificidades em Araponga, ou seja, fatores e características que a distingue de outras, seja pelos aspectos econômicos ou pela forma cotidiana de agir de sua população.

A cidade permite pontos de apropriação desigual, ora produzido pelo próprio planejamento do município, ora advindo de dinâmicas que produzem a segregação. Entre as dinâmicas comumente associadas à segregação está a mercantilização da cidade. Faz-se necessário observar que quanto mais complexo o tema, maior a miscelânea de apropriação e reivindicações em meio à cidade.

As imagens produzidas para divulgar os locais ou os bens de uma cidade são, também, uma tentativa de divulgar o quão autêntica é a cidade. Ao abordar autenticidade Canclini (1994, p.112) mostra o risco que se corre ao forçar uma autenticidade para determinado local visando à atratividade. O apreço pela representatividade do patrimônio cultural ou, do bem cultural, deve ser um

contraponto à suposta autenticidade. O bem cultural em si deve ver mais do que um monumento, isto é, deve ser visto como tendo um sentido ou uma representatividade.

Não sendo os significados derivados de nossa constituição genética, nem tendo natureza estável, mas sendo produto de escolha e, portanto, historicamente instituídos, mutáveis e diversificáveis, não são nas coisas selecionadas elas próprias que devemos buscar critérios conclusivos para identificar o que compõe esse sistema de referências e guias. (MENESES, 2006, p.37)

Nesse sentido, o município de Araponga-MG, se observado de forma isolada, ou apenas visando identificar vértices de crescimento, questões de infraestrutura, mobiliário urbano, entre outros aspectos, pode tender a uma redução da visualização local. Entretanto, dentro de outra perspectiva, analisada a partir de sua paisagem, a cidade ganha em dimensão. Seria melhor, portanto, compreender a cidade a partir da noção de paisagem cultural. Sendo a paisagem de Araponga vista em perspectiva, amplia a nossa percepção das mudanças ocorridas a partir da dinâmica do turismo.

O artigo de Meneses (2006) demonstra uma preocupação com as pessoas que usam os espaços da cidade, bem como a qualidade de vida propiciada por esses espaços e a execução do direito à cidade. O autor se debruça sobre a necessidade de lidar com a complementariedade das ações, tanto de uso cultural da cidade quanto de boa infraestrutura para aqueles que usufruem do cotidiano dela.

Quanto ao cotidiano, observe-se, ainda, o desconforto inconsciente que ele provoca, já que, muito mais do que uma inofensiva repetição de si mesmo no dia-a-dia, ele é por excelência a instância em que concretamente se instituem as relações sociais, em que as práticas sociais dão corpo e efeito aos interesses em jogo. (MENESES, 2006, p.38)

A partir da estadualização da Serra do Brigadeiro há que se considerar uma mudança de paradigma, na qual novas fontes de renda são incentivadas e há maior preocupação em divulgar a imagem do local, bem como atender àqueles que o procuram. Em outras palavras: o cotidiano, no sentido de atividades realizadas diariamente, foi afetado pela mudança de percepção ocorrida em relação às paisagens de Araponga e, em especial, do Parque Estadual Serra do Brigadeiro.

Como o Parque foi inaugurado em meio a conflitos com os moradores próximos, houve, em certa medida, um rearranjo programado visando a uma relação proveitosa entre as Prefeituras envolvidas e para a inserção de normatizações para preservação da mata presente no Parque.

A memória, o patrimônio ambiental e a paisagem cultural visam integrar a cidade e o município. A eles são atribuídos valores afetivos e comerciais. A objetificação e a mercantilização da paisagem é um fato inquestionável. A eles pode-se adicionar adjetivos, demonizando ou ovacionando, no entanto, faz-se necessário trabalhar a partir disso e reconhecer que a relação entre memória e paisagem cultural pode transformar a paisagem cultural em patrimônio, no caso de Araponga. Como diz Canclini:

“Devemos transcender a simples análise das relações com o território originário ocupado por cada grupo, com as sedimentações monumentais e institucionais. Os movimentos contemporâneos de transnacionalização e desterritorialização da cultura (migrações, indústrias culturais etc.) têm mudado os processos de formação, produção e transformação dos patrimônios simbólicos em relação aos quais se definem o perfil da vida cotidiana e os traços de identificação dos grupos” (CANCLINI, 1994, p.100)

Desse modo, a paisagem enquanto bem cultural não deve ser vista apenas enquanto monumento, ou como artefato, deve ser considerado que o bem possui um entorno também digno de discussão e de percepção. Assim, o que se deseja é que a paisagem, enquanto patrimônio, seja pensada não somente através do olhar técnico, mas que se incorpore a percepção daqueles que estão em frequente contato com o bem.

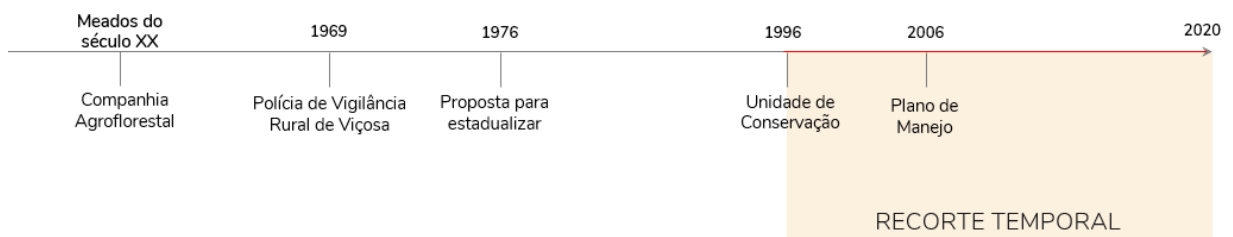
2.3. Breve Contexto sobre o PESB e a questão da territorialidade

Retomar o histórico do PESB e sua relação com os municípios do entorno, bem como encontrar a denominação de “Municípios do Território Rural do PESB”, direciona para uma melhor compreensão dos termos território e rural. Sendo assim, parte-se da noção de território, associada comumente à território nacional, presente na Geografia Política, na qual o poder condiciona o entendimento e pressupõe uma relação entre grupos que se apropriam de um espaço propriamente dito, seja natural

ou modificado pela ação humana, para a noção de territorialidade ou territórios específicos, que foi a composição política que resultou na criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

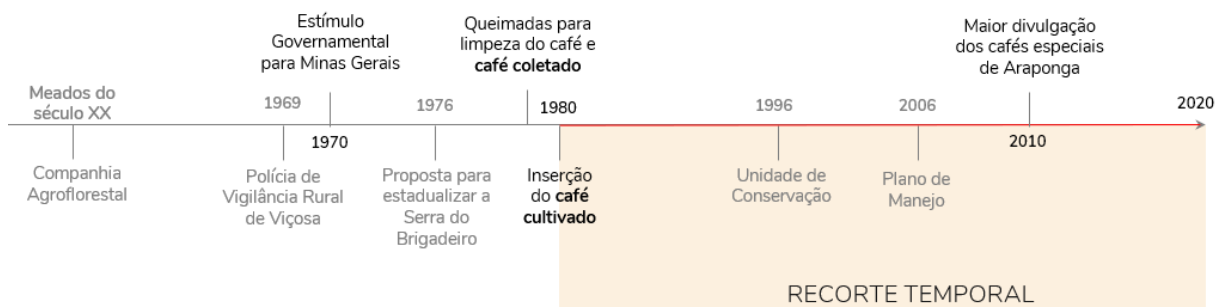
A seguir, duas figuras indicando, respectivamente, a linha temporal considerada no início da pesquisa e a linha temporal considerada ao final da pesquisa. Num primeiro momento, se considerou os acontecimentos citados no trabalho de Adailton dos Santos. Posteriormente, após entrevistas, identificou-se a necessidade de ampliar o recorte e considerar a história para além do PESB.

Figura 2 - Recorte Temporal estabelecido no início da pesquisa.



Fonte: Criado pela Autora (2021)

Figura 3-Recorte temporal estabelecido após entrevistas.



Fonte: Criado pela Autora (2021)

Em relação ao histórico do entorno do PESB, é possível perceber o conceito de territorialidade, de acordo com o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2003), como

sendo uma construção de um determinado grupo social em consonância com o seu entorno. Portanto, o território do PESB e os municípios do entorno não se configuram apenas pela proteção e salvaguarda do parque, mas, sobretudo, pela manutenção de uma relação entre a população e o meio que valoriza, sobremaneira, o modo de vida dessa população:

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, 'paisagem'). (SOUZA, 2003. p.84)

A partir dessa noção, na qual há a necessidade de demarcar áreas associando-as a um grupo que a ocupa, corre-se o risco de simplificar e enrijecer o conceito de território. Assim, vale complementar essa noção, buscando perceber as inúmeras possibilidades de relações que podem ocorrer em uma mesma região com os grupos que o ocupam, ou seja, em um mesmo espaço podem coexistir diferentes territórios.

Não apenas o que existe, quase sempre, é uma superposição de diversos territórios, com formas variadas e limites não-coincidentes, como, ainda por cima, podem existir contradições entre as diversas territorialidades, por conta dos atritos e contradições existentes entre os respectivos poderes (...) (SOUZA, 2003. p.95)

De forma complementar, a relação entre poderes permanece e contribui para que ocorram diferentes territorialidades em um mesmo espaço. Como apresenta SOUZA (2003): "Assim, o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social – ao menos enquanto o homem também estiver presente."

Considerando esse conceito, tem-se que a Serra do Brigadeiro, assim conhecida devido à instalação de um Brigadeiro do Exército em uma das fazendas, foi exaustivamente explorada na metade do século XX e não se restringiu às áreas de cobertura vegetal. Segundo pesquisas realizadas, além de atingir o ecossistema biológico e contribuir para o desaparecimento de algumas espécies, os seres humanos que moravam em terrenos cerceando o espaço em questão também foram afetados. Entre esses estão os machadeiros, qualificação apresentada e discutida

pelo Adailton dos Santos (2019), os quais foram negligenciados e condicionados a trabalhar para adquirir alimentos da própria Companhia Agroflorestal que se instalou para a exploração de madeira.

A degradação gradual da mata e dos machadeiros¹, propiciada pela exploração sem controle, constituiu um cenário ainda presente na memória de vizinhos da Serra do Brigadeiro. Esse cenário foi encontrado pela Polícia de Vigilância Rural de Viçosa em 1969, quando chegou à região do Pico do Boné². Após a atuação desse órgão a Companhia foi embargada, motivo pelo qual se retirou desse espaço. Na área devastada pela Companhia restaram alguns exemplares de árvores que demonstraram a resiliência da mata e, em menos de uma década, o espaço próximo ao Pico do Boné e em áreas da Fazenda do Brigadeiro foram replantadas e revitalizadas.

Em meio aos ocorridos, discussões em favor de uma maior proteção da Mata Atlântica presente na Serra do Brigadeiro ganharam atenção e força. Somado a essas discussões, o interesse de professores da Escola Superior de Florestas³ da UFV levou à proposta de estadualizar a Serra do Brigadeiro, em 1976, tornando-a uma Unidade de Conservação⁴ (UC) em 1996 e com consolidação de um Plano de Manejo em 2006, como apresenta o Diagnóstico Participativo da Realidade Rural do Território.

Vale-nos aqui lembrar que, os planos iniciais para a delimitação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) tomavam como base a sua altimetria (a “Cota Mil”) e, mesmo após esses planos terem sido reformulados, como já analisamos no capítulo anterior, sua base continuou sendo a materialidade do espaço, dada pelos remanescentes contínuos de floresta. Mas, a valorização da materialidade do espaço foi apenas um ponto de partida para o Território da Serra do Brigadeiro, o que levou à territorialização desse espaço foram os “campos de força” elaborados a partir da proposição do parque, que mobilizaram vários atores sociais na luta pela continuidade do uso daquele espaço e onde as identidades das

¹ Nomenclatura utilizada em Dissertação do Adailton dos Santos. Refere-se aos trabalhadores contratados pela Companhia Agroflorestal que se utilizou das matas da Serra do Brigadeiro para confecção de carvão.

² Pico presente no território do PESB.

³ Atual Departamento de Engenharia Florestal. Nomenclatura utilizada antes da federalização da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG).

⁴ Área de Proteção Ambiental legalmente instituída pelo poder público.

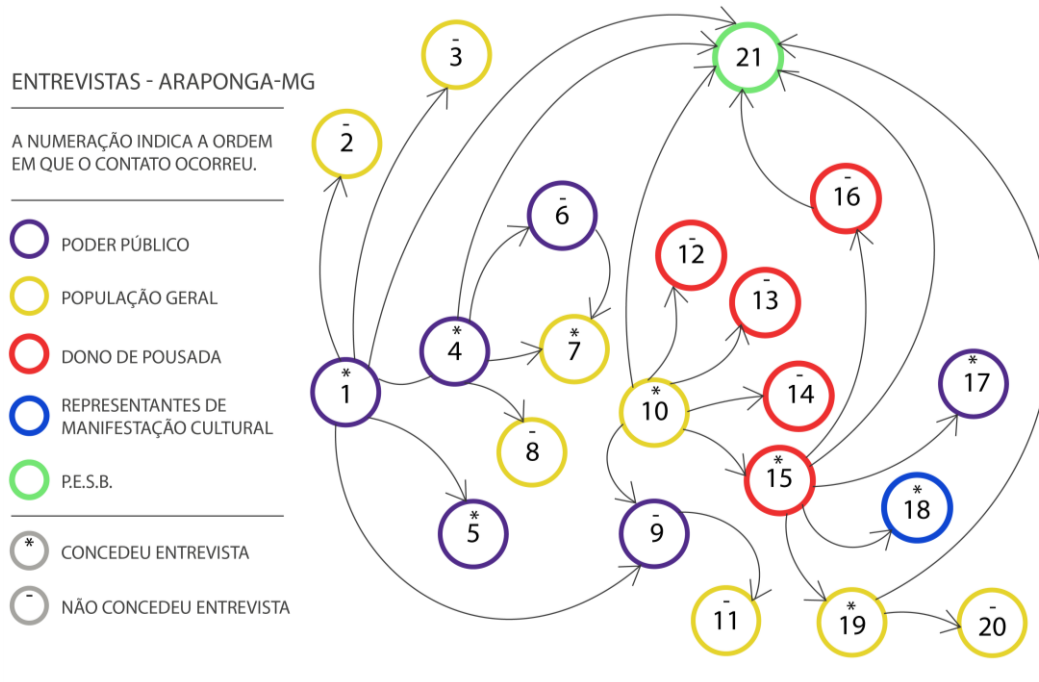
comunidades do entorno da serra dialogaram com projetos de política territorial a partir do ano 2003. (SANTOS, p.105)

Em um primeiro momento foi proposta pelo IEF (Instituto Estadual de Florestas) a Cota 1000 como delimitação de Parque, definindo que toda a área que estivesse a 1000m de altitude seria delimitada como Parque. Essa ação teria como consequência o desalojamento de aproximadamente 400 famílias. A partir de então, reuniões e solicitações foram realizadas por moradores dos 9 municípios, que estavam no entorno do Parque, para defender o espaço das pessoas que ali viviam, essa movimentação foi coordenada pelo Sindicato de Moradores Rurais e pelo Centro de Tecnologias Agrícolas. Em um segundo momento, a delimitação foi feita novamente, pelo IEF, dessa vez com a participação dos proprietários do entorno do Parque, considerando além dos aspectos altimétricos. (SANTOS, 2019). Nesse segundo momento definiu-se uma malha com recortes, visto que foram consideradas as áreas de plantio e uso agropecuário de moradores do entorno.

2.4. A paisagem e a criação do PESB na perspectiva dos moradores locais

A realização das entrevistas em Araponga ocorreu por meio do método “bola de neve”, no qual um entrevistado indicava outro possível entrevistado. Por meio da Figura 02 é possível identificar o processo desenvolvido para essa etapa da pesquisa. Para leitura do diagrama: as cores dos círculos indicam a principal característica do entrevistado; os números indicam a ordem em que foram procurados para a entrevista; os símbolos (*) e (-) indicam respectivamente se a pessoa concedeu ou não concedeu a entrevista.

Figura 4-Diagrama com processo de entrevistas para este trabalho, utilizando o método “bola de neve”.



Fonte: Criado pela Autora (2021)

O diálogo com o Entrevistado 07 iniciou-se com a sua fala “essa história é bem longa”. Como ex-membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais ativo nas discussões com o IEF, o entrevistado retomou o motivo do nome dado ao Parque. Sabe-se que um Brigadeiro do Exército comprou alguns terrenos e, segundo entrevistado, permitiu que a Belgo Mineira (atual Gerdau) usufrísse das matas entre anos 50 e 80 para extração de madeira e produção de carvão. Com o nítido desmatamento, professores da UFV, que também possuíam terrenos ou colaboravam em atividade de agroecologia, realizaram denúncias, devido à exploração próxima às cabeceiras do Rio Doce e Rio do Paraueba.

Fazenda do Brigadeiro (Colonizadora Vila Rica S/A) com 3997 (Três mil novecentos e noventa e sete) hectares foi abandonada por uma empresa que explorava carvão em meados do século passado, hoje toda reformada. A floresta se recuperou e abriga uma infinidade de espécies animais, que podem ser vistas pelos visitantes com mais sorte. São, entre outros, lobos-guará, monocarvoeiros e jaguatirica, etc.. Quem aventurar por uma caminhada por velhas trilhas, poderá apreciar orquídeas e bromélias penduradas nos troncos de enormes árvores. (ASSIS, 2003. p.253)

O entrevistado 10 contou que a empresa foi expulsa e esse fato deixou explícito três principais consequências negativas. A primeira envolve o fato de que a maioria dos trabalhadores contratados pela empresa perdeu o contato e o vínculo com o rural. Após anos realizando trabalhos para a carvoeira e adquirindo produtos nos armazéns da própria empresa, veio a segunda consequência, o endividamento dos trabalhadores. Além disso, o entrevistado citou como terceira consequência casos de exploração sexual de jovens durante o período em que a empresa se encontrava no local.

Quando foram divulgados os rumores sobre a Cota 1000, na década de 1980, houve uma divisão de interesses entre os moradores do entorno, alguns se revoltaram outros queriam vender suas terras. Nessa mesma época, a Comunidade Eclesiástica de Base ofertava cursos públicos com foco em cuidar da “casa comum”, conscientizando não só sobre o risco de uso de venenos em plantações, mas também sobre como as queimadas são prejudiciais.

Durante entrevista com o Entrevistado 10, morador do município, foi comentado que ainda é corriqueiro ouvir comentários e reclamações de moradores do entorno do Parque, tanto em relação à divisão realizada pelo IEF como do retorno que receberam após a divisão realizada. Segundo o entrevistado, havia a expectativa por parte de alguns moradores de receber uma indenização pela área que seria cedida ao Parque, no entanto, algumas negociações não foram encerradas atendendo a essa expectativa.

Em 1991 foi criado o Sindicato dos Produtores Rurais do município de Araponga e, em 1993, ele foi aliado ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira (CTA). A partir dessa aliança o grupo sindical promoveu o início do diagnóstico participativo para melhorias nas áreas rurais. Em uma das reuniões foi comentado por um dos participantes que não havia sentido realizar um planejamento para as áreas rurais enquanto “tinha um parque querendo tomar nossas terras”. Após o comentário, tornou-se prioridade a formação de comissões para entender as influências do Parque e reivindicar os interesses dos moradores. A repercussão dessas discussões alcançou outros municípios e, assim, além de Araponga, uniram em favor do entorno do Parque Araponga, Sericita, Divino, Miradouro, Fervedouro,

Muriaé, Ervália, segundo ele, os moradores de Pedra Bonita e Rosário de Limeira foram os últimos a se interessarem.

O processo de estadualização permitiria maior proteção da fauna e da flora regionais, bem como nascentes de rios e córregos da região, submetido às definições do Regulamento de Parques Estaduais. As áreas definidas como integrantes ficaram sob jurisdição e administração do Instituto Estadual de Florestas, responsável por elaborar o Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Brigadeiro, publicado em 2007. Esse documento foi dividido em dois encartes, sendo que no Encarte 1 são identificados os resultados principais dos diagnósticos realizados ao longo da elaboração do Plano de Manejo do PESB, incluindo os esforços de campo e de escritório da Equipe de Ciências Gerenciais, sob coordenação da Taniguchi Consultoria Ltda, bem como da Equipe de Ciências Naturais, sob a coordenação técnica da Organização Não Governamental (ONG) Ambiente Brasil. Enquanto isso, o Encarte 2 apresenta a missão da unidade de conservação, juntamente à visão, aos programas, às diretrizes e às ações previstas para que os objetivos do PESB pudessem ser alcançados.

O Entrevistado 17 destacou que a criação e estadualização do Parque colaborou com a sensação de segurança no município. Segundo ele, anteriormente a isso, aquela área era utilizada para fuga com animais roubados, sendo assim, depois da inauguração do Parque isso diminuiu devido à maior movimentação no local e presença de vigias. Segundo o Entrevistado 10, em 1994 estava programada a vinda de deputados em Muriaé, visando levantar atividades para alavancar a região. Reuniram cerca de mil pessoas dos nove municípios, além de indicar alguém da UFV para a mesa de abertura. Assim, em um dado momento foi abordado o tema do Parque e o grupo presente reivindicou o direito das pessoas que moravam no entorno do Parque. Entre 2003 e 2006 ocorreram encontros e discussões e o IEF realizou a demarcação considerando as áreas de pastagens dos moradores do entorno, ficando estabelecidas as diretrizes no Plano de Manejo do PESB publicado em 2007.

Em 1996 houve a oficialização do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), cuja conformação territorial foi uma das principais pautas de defesa do seu ecossistema no final da década de 1970. E, após formulações e revisões de planos

para a delimitação do PESB, seguiu-se a luta pela manutenção e valorização do significado dos espaços para os moradores do território que faz fronteira com o PESB. Ainda que o Decreto de setembro de 1996 tenha criado o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, a inauguração ocorreu em 2003 e as discussões e as movimentações por parte dos grupos sociais prejudicados se mantiveram ativas e seguiram até 2006.

Depois do envolvimento de várias organizações (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, CTA, CPT, pesquisadores da UFV) e a participação dos moradores da região, o IEF – órgão responsável pela área, criou o parque sem que houvesse desapropriação de área de cultivo das propriedades vizinhas e as áreas de Parque. As áreas de mata do alto da serra foram incluídas no parque e as áreas de roças, pastagens e lavouras dos pequenos proprietários ficaram de fora. (ASSIS, 2003. p.261)

Considera-se como Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, Figura 01, o conjunto de áreas verdes de nove municípios: Araponga, Sericita, Pedra Bonita, Divino, Miradouro, Fervedouro, Muriaé, Ervália e Rosário de Limeira. Entre as que integram o Território Rural Serra do Brigadeiro, ver Figura 02, Rosário da Limeira é a única que não possui limites municipais com a área demarcada do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, enquanto Araponga, escolhida para este estudo, apresenta maior participação territorial no PESB, além de abrigar sua sede.

Figura 5- Mapa com localização do Parque Estadual Serra do Brigadeiro em Minas Gerais.

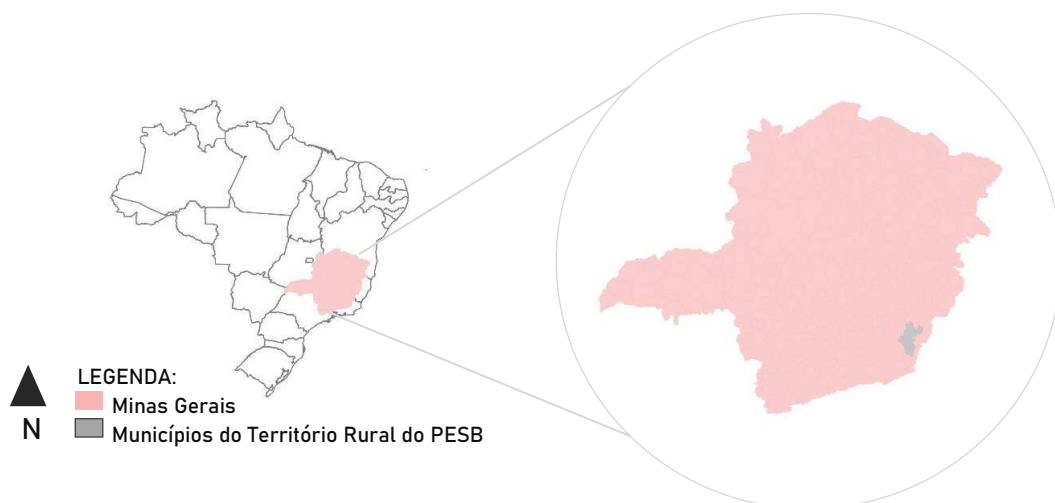
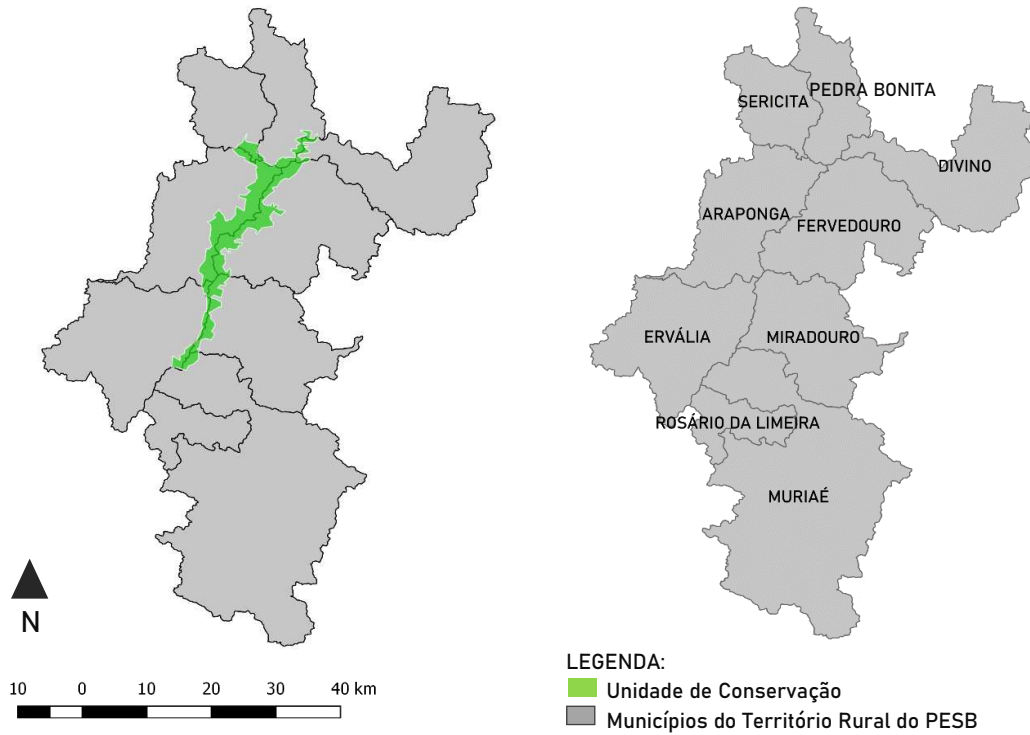


Figura 6- Mapa com Localização da Unidade de Conservação do Parque Estadual Serra do Brigadeiro e municípios que o constituem.



Fonte: Base Cartográfica IBGE. Criado pela Autor (2021)

Figura 7 - Localização de Araponga.



Fonte: Base Cartográfica IBGE. Criado pela Autora (2021)

Para este trabalho considerou-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de forma a comparar os municípios. Esse é um índice com objetivo de analisar diretamente o bem-estar para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. Esse índice varia de zero, quando há nenhum desenvolvimento humano, a um, desenvolvimento humano total. Ao analisar o IDH, os gestores municipais, estaduais e federais têm a possibilidade de traçar um plano de desenvolvimento que envolva o macro e o micro, ou seja, tanto as regiões quanto os municípios.

Na figura 05 estão dispostas as árvores do IDH disponibilizadas pelo Atlas do Desenvolvimento Humano. Em cada árvore há um tronco, com o índice geral do IDH de cada município e 3 folhas, cada uma com uma cor e uma área, representando os 3 principais critérios desse índice: renda, longevidade e educação. A renda (em amarelo) é importante enquanto o meio para o desenvolvimento, considerando que seu índice reflete as atividades econômicas em que as pessoas de um município, ou região, visto que utiliza o PIB (Produto Interno Bruto) como base. A longevidade (em vermelho), por sua vez, considera a expectativa de vida que tem uma pessoa ao nascer, assim, engloba a área de saúde. Por fim, a educação (em azul), critério que propicia as oportunidades para a população do município.

Figura 8 - Árvore do IDHM dos municípios do entorno do PESB. Comparativo de 2000 e 2010.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Criado site do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Ao observar o conjunto de árvores tem-se uma discrepância entre Muriaé - único município com mais de 20mil habitantes-, e os outros municípios, sendo o município com maior índice. Vale ressaltar que todos os municípios apresentaram melhora de 2000 até 2010.

3. CAPÍTULO 2. ARAPONGA – MG

3.1. Caracterização de Araponga

Inicialmente, a formação de centros administrativos brasileiros esteve atrelada ao litoral e à exploração deste, posteriormente, como mencionado por Endlich (2009, p. 85), formaram-se aglomerações no interior do território brasileiro objetivando o aumento do controle sobre a ocupação. Mais recentemente, a partir de meados do século XX, o Brasil passou por um acelerado processo de urbanização, relacionado ao êxodo rural, e um aumento significativo no número de emancipações de pequenos centros administrativos. Já em Minas Gerais, as primeiras aglomerações foram associadas à extração de ouro e, após esse período, houve a migração de camponeses, de ex-escravos e de fazendeiros para interiores ainda pouco explorados, os quais viveram da agricultura. Nesse contexto, insere-se Arrepiados, denominação inicial do município de Araponga.

A partir de recortes históricos, entende-se que o município teve seu território habitado, inicialmente, por membros de expedições oficiais motivadas a realizar a colonização do solo mineiro, bem como por mineradores saídos de Mariana e Ouro Preto em busca de novas conquistas e tesouros. Acredita-se que por volta de 1780, uma expedição, naquele momento comandada pelo Capitão Manoel Luiz Branco, fixou parada na Serra dos Arrepiados.

A Nova conquista ou descoberto dos Arrepiados continuava atraindo pessoas das mais diversas origens. Aventureiros, remanescentes das auríferas, já então completamente exauridas, ainda com esperança de encontrar ouro, deslocavam-se para o 'Alto da Serra' onde pesquisavam os córregos e cavavam os barrancos das Datas Minerais a eles concedidas. Outros, pleiteavam sesmarias e iam se estabelecer, naquelas paragens, apenas para trabalhar a terra. (ASSIS. 2003, p.12)

Posteriormente, em 1826, com o crescimento do povoado foi criado o distrito com a denominação de São Miguel das Almas de Arrepiados, subordinado ao município de Viçosa. Décadas a seguir, em 1886, o distrito de São Miguel das Almas de Arrepiados, passou a denominar-se São Miguel de Araponga, renomeado por devotos de São Miguel. Assim, o distrito denominado São Miguel do Araponga

integra o município de Viçosa e permanece até 1938, quando sua denominação passa apenas para Araponga e deixa de pertencer ao Município de Viçosa para ser anexado ao de Eralv, posteriormente nomeado município de Ervália. E, em 1960, Araponga é elevado à categoria de município, sendo desmembrado de Ervália e dividido em dois distritos: Sede e Estêvão Araújo.

Figura 9 - Fotografia da vista do centro de Araponga sem data conhecida.



Fonte: Arquivos pessoais do Entrevistado 17.

Figura 10 - Fotografia do centro de Araponga sem data conhecida.



Fonte: Arquivos pessoais do Entrevistado 17.

Figura 11 - Fotografia de uma das ruas de Araponga sem data conhecida



Fonte: Arquivos pessoais do Entrevistado 17.

O município de Araponga, campo de estudo deste trabalho, possui população total de 8.152 pessoas (IBGE 2010), sendo majoritariamente rural e contando com densidade demográfica de 26,83 hab/km². Segundo o Posto de Saúde Familiar de Araponga, conforme Tabela:

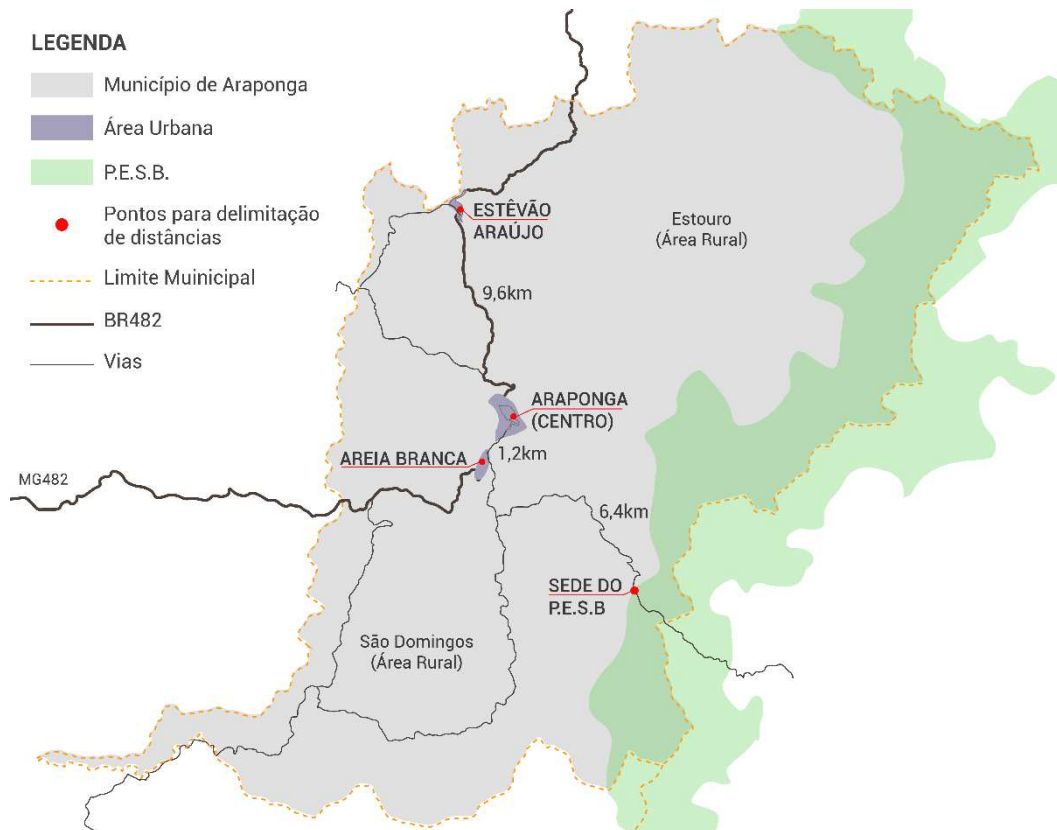
Quadro 3 - População de Araponga segundo PSF.

	URBANA	RURAL
PSF – ARAPONGA	2.712 Indivíduos 938 Famílias	454 Indivíduos 141 famílias
PSF – Estevão Araújo (Distrito)	1409 Indivíduos 459 Famílias	-
PSF – Estouros (Zona Rural)	-	1654 Indivíduos 534 Famílias
PSF – São Domingos (Zona Rural)	-	2311 Indivíduos 718 Famílias

Fonte: Posto de Saúde Familiar de Araponga

Araponga possui maior participação territorial do PESB, sendo que 40,1% do Parque encontra-se inserido nesse município. Além disso, esteve presente em grande parte da luta em favor dos proprietários de terrenos em divisa com o Parque, buscando alternativas para que a implantação do Parque não interrompesse atividades de cultivo ou uso do solo.

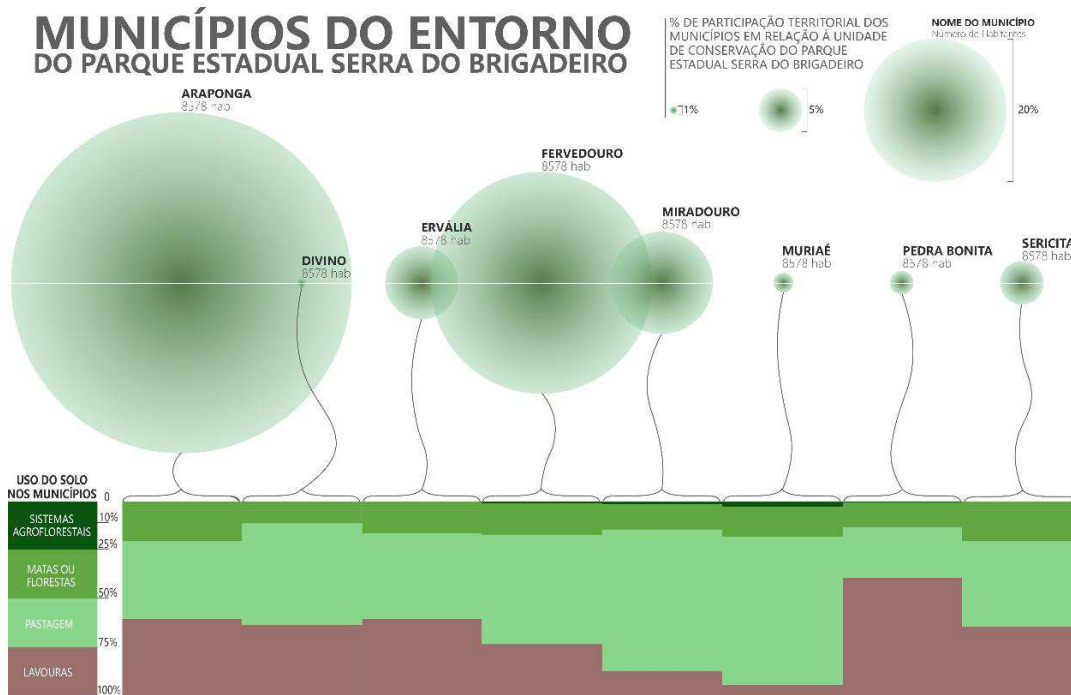
Figura 12 - Mapa Esquemático dos centros urbanos de Araponga



Fonte: Base Cartográfica IBGE e Google Earth.

A partir da construção Figura 13, a seguir, buscou-se perceber se existe relação direta entre a participação do município no território do Parque Estadual Serra do Brigadeiro e o uso do solo. Por exemplo, quanto maior a participação, maior a quantidade de mata ou florestas ou menor a quantidade de pastagens. Contudo, por meio dos dados comparados, não há relação direta.

Figura 13 - Diagrama com participação territorial dos municípios no PESB e uso do solo nesses municípios.



Fonte: Plano de Manejo do PESB e IBGE.

3.2. A busca pelos mapas

Partindo da Geografia, conhecer e estudar um mapa envolve conhecer as características da superfície terrestre, ora naturais, ora transformadas pela humanidade. Dessa maneira, o mapa se apresenta como um objeto símbolo para estudos geográficos em diferentes níveis escolares, sendo um instrumento que possibilita a leitura e a compreensão do conhecimento geográfico. Para este trabalho os mapas foram considerados um possível produto da pesquisa, de forma a reunir graficamente informações extraídas em entrevistas e em levantamento *in loco*. A partir da escala dos mapas pode-se determinar o principal item de observação, de forma a direcionar sua leitura e conduzir a uma interpretação. A análise de paisagens culturais a partir de mapas pode ser vista como complemento, uma vez que parte-se de um conjunto de informações para conhecer e analisar paisagens culturais, não somente mapas.

Historicamente, os mapas sempre estiveram presentes em ações humanas, como instrumento para registro de conhecimento, artifício para vitória de adversários em conflitos, bem como demarcação territorial. A construção de um mapa perpassa análises e deduções acerca de um espaço, utilizando escalas para direcionar

interpretação e elementos gráficos que visam facilitar a compreensão desse objeto-imagem. Sua utilização possibilita a disseminação do conhecimento geográfico, alcançando diferentes públicos e estando presente no cotidiano das sociedades.

Em “Mapas Desejantes” a autora Gisele Girardi (2009) aborda de forma bastante didática as possibilidades dos mapas e suas consequências ou expectativas para o usuário. De maneira análoga, durante a busca por mapas do município de Araçuaia ficou nítida a diferença de entendimento de um mapa. Em minhas memórias, ainda infantis, a professora abria um mapa enorme, cheio de linhas e indicava com uma caneta onde estava o meu município, era extraordinário. Contudo, a possibilidade de encontrar nossas localizações em uma busca simples por meio de um smartphone é muito mais frequente.

Tomando emprestados seus termos, dizemos que a geografia real deseja mapas e é desejada por eles, ao passo que na geografia teórica se escancara a crise da relação Geografia-Cartografia, que tem sido estudada por vários pesquisadores em vários de seus aspectos. A simples existência dessa pauta já representa um imenso avanço, mesmo sem significar, necessariamente, avanços técnicos e metodológicos de relevo na direção apontada pela crítica geográfica. (GIRARDI, 2009, p148)

A percepção de mapas, divisões e redes entre municípios, ainda que mais disponível, pode ainda ser alvo de gestores, técnicos e profissionais que os utilizam corriqueiramente. Em seus estudos a partir de mapas mentais, Kevin Lynch identifica que a percepção de moradores estava bastante tangenciada.

Estudando os desenhos e as entrevistas individuais tornou-se evidente que nenhum dos interrogados tinha uma imagem clara da cidade em que tinha vivido tantos anos. Os mapas eram, normalmente, fragmentados, com grandes áreas em branco, concentrando-se quase sempre em pequenas regiões residenciais. (Lynch, p.38)

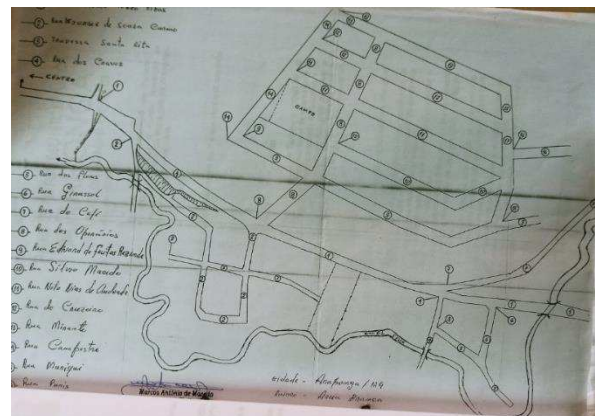
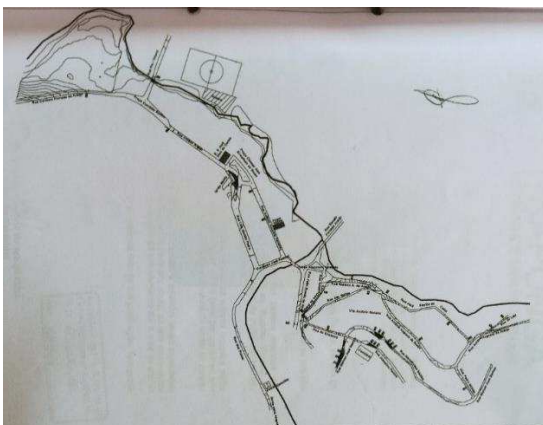
De forma complementar à busca bibliográfica, investigou-se o uso de mapas em escolas, disponíveis em bibliotecas e, ao contrário do esperado, não houve um retorno positivo quanto ao material disponível. De forma geral, supôs-se que os materiais são restritos ao uso cotidiano de professores ou, ainda, que não são utilizados com frequência, levando o material a um armazenamento mais seguro e distante. Na Prefeitura, o objetivo seria conversar com o responsável por obras,

visando encontrar mapas utilizados no município, porém não foi possível e recomendaram que fosse realizada uma visita à Escola Estadual para essa busca na biblioteca, em que, novamente, também não foi encontrado nenhum mapa na escola.

Essa visualização, inicialmente um dos produtos propostos por este trabalho, seguiu com uma das metodologias adotadas e, foi na Câmara de Vereadores, em pastas de atas e leis, onde estava o que se aproximava de um interesse: o traçado de parte das ruas da sede e do distrito do município. Posteriormente, considerando a visita *in loco* foram montados as figuras 15, 16, 17, 18, 19 e 20.

Figura 14 - Recorte de traçado das ruas do centro de Araponga presente nos arquivos da Câmara Municipal de Araponga. (ESQUERDA)

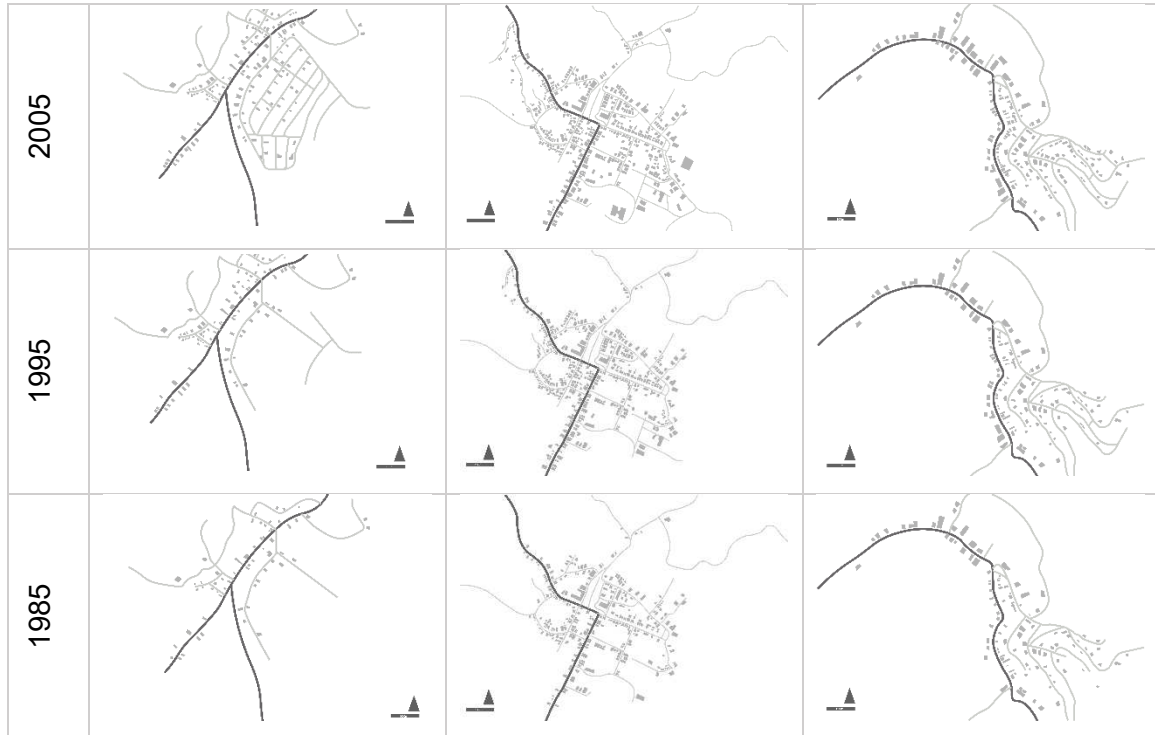
Figura 13(Direita):Figura 15 - Recorte de traçado das ruas de Areia Branca (Araponga) presente nos arquivos da Câmara Municipal de Araponga (DIREITA).



Fonte: Arquivo Pessoal (2021)

Figura 16 - Conjunto de Esquemas com mudanças no traçado urbano de Araponga.

	AREIA BRANCA	CENTRO	ESTEVÃO ARAÚJO
2019			



Fonte: Base Cartográfica IBGE e Google Earth. Adaptado pela Autora (2021)

Figura 17 - Indicação do gabarito presente no Centro de Araponga.



Fonte: Base Cartográfica IBGE e Google Earth. Adaptado pela Autora (2021)

Figura 18 - Indicação do gabarito presente no trecho Areia Branca de Araçonga.



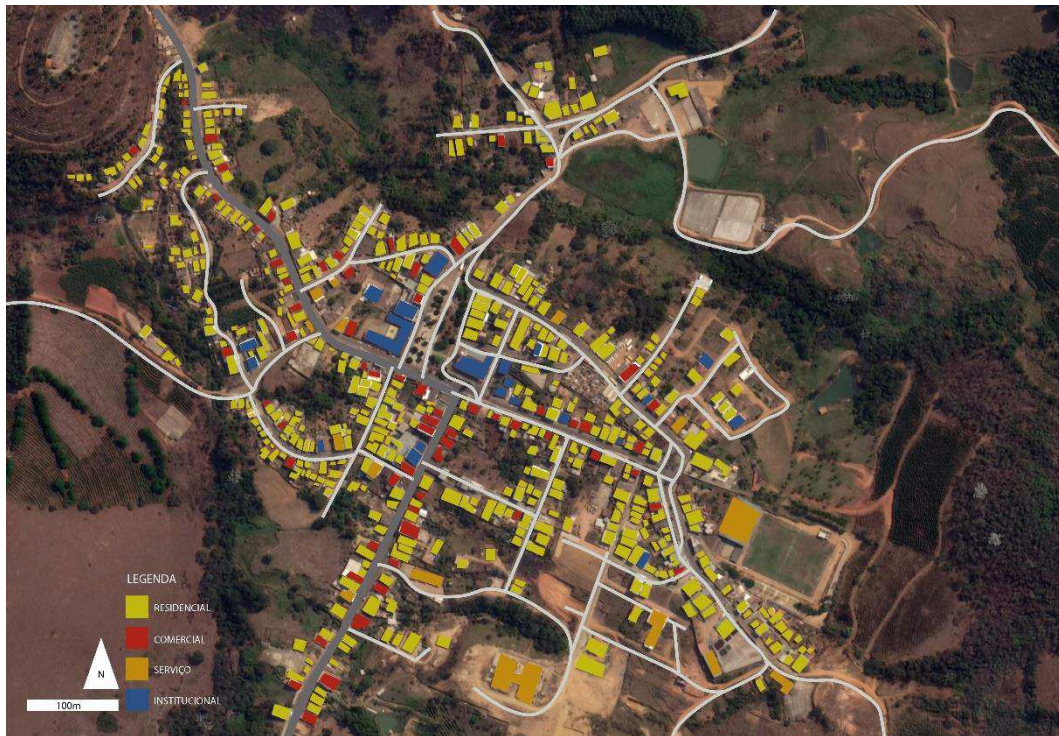
Fonte: Base Cartográfica IBGE e Google Earth. Adaptado pela Autora (2021)

Figura 19 - Indicação do gabarito presente no Distrito Estêvão de Araújo de Araçonga.



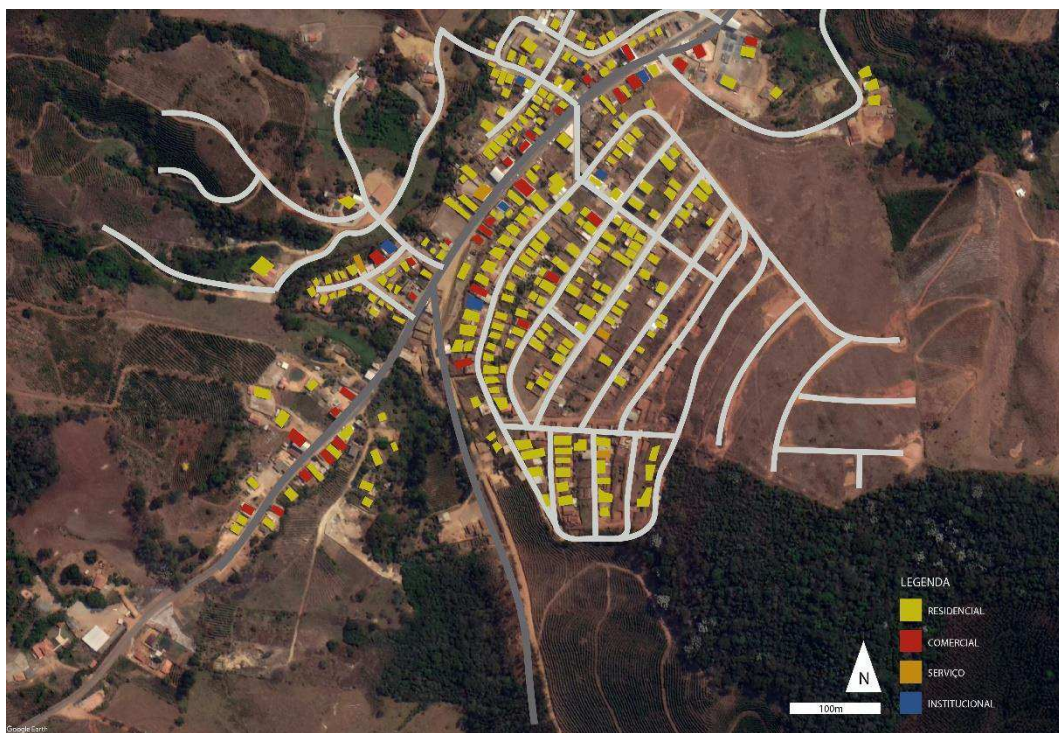
Fonte: Base Cartográfica IBGE e Google Earth. Adaptado pela Autora (2021)

Figura 20 - Indicação do uso do solo presente no Centro de Araponga.



Fonte: Base Cartográfica IBGE e Google Earth. Adaptado pela Autora (2021)

Figura 21 - Indicação do uso do solo presente no trecho Areia Branca de Araponga.



Fonte: Base Cartográfica IBGE e Google Earth. Adaptado pela Autora (2021)

Figura 22 - Indicação do uso do Solo no Distrito Estêvão de Araújo em Araponga.



Fonte: Base Cartográfica IBGE e Google Earth. Adaptado pela Autora (2021)

3.3. O percurso por Araponga

Gordon Cullen (1983) apresentou o conceito de Paisagem Urbana baseado em observações no percurso, de forma a compreender e indicar como a distribuição de elementos ao longo de uma cidade pode influenciar emocionalmente. A estrutura do conceito de Paisagem Urbana para Cullen parte de três aspectos principais: a ótica, o local e o conteúdo.

A ótica refere-se à visão, propriamente dita, é constituída das percepções sequenciais dos espaços urbanos percorridos. Assim, percebe-se primeiro uma rua, a seguir entra-se em um pátio, espaço com um novo ponto de vista de um monumento, por exemplo, e, à medida que se permite observar de outro ponto espacial, muda-se a ótica.

O segundo fator, o local, refere-se às reações do sujeito com relação à sua posição no espaço, temos, dessa forma, o senso de localização. Pode-se mencionar em relação a local “estou aqui fora”, ou “vou entrar em um novo espaço”, e ainda, “estou cá, dentro”. Essas percepções estão relacionadas às sensações provocadas pelos espaços, ou seja, se são abertos, fechados, altos, baixos, amplos ou condensados.

De forma complementar, o terceiro aspecto é o conteúdo, este se relaciona com a constituição propriamente dita da cidade: cores, escalas, estilos que caracterizam edifícios, texturas e áreas da malha urbana. A partir desse conceito, tem-se a paisagem como elemento organizador. Dentro desse contexto, o conceito apresentado por Cullen tem influência, até os dias atuais, sobre arquitetos e urbanistas. Tal abordagem é ainda base para intervenções e estudos de arquitetura, urbanismo, engenharia e meio ambiente por serem consideradas instrumento de observação, diagnóstico e prognóstico.

Entre as reflexões para o conceito proposto por Cullen (1983) está a sua utilização por parte de alguns profissionais e administradores visando a uma paisagem manipulável voltada para o marketing de cidades, além de uma percepção fragmentada e focalizada pelo percurso e percepção visual. Contudo, há que se considerar tal conceito como ponto de partida, levando-o, posteriormente, a uma confrontação com a percepção e relação existente entre a cidade e seus participantes, realizada por meio de entrevistas, afinal:

Cada indivíduo cria e sustenta a sua própria imagem, mas parece haver uma concórdia substancial entre membros do mesmo grupo. São estas imagens de grupo, mostrando o consenso entre um número significativo de membros, que interessam aos planeadores de cidades aspirantes a um modelo de ambiente que muitos possam disfrutar. (LYNCH, 1982, p.17)

Seguindo com as possibilidades de análise da cidade, Kevin Lynch (1982) considera identidade, estrutura e significado como componentes para a imagem do meio ambiente, sendo esta última resultado entre observador e meio. Após análise dos seus estudos de caso, o urbanista apresenta um conjunto de materiais com os cinco elementos bastante presentes em tipos diferentes de imagens do meio

ambiente, são eles: vias, limites, bairros, cruzamentos e pontos marcantes também denominados marcos.

O percurso pelo município iniciou-se em Areia Branca, bairro que se encontra na entrada da cidade, sendo o primeiro que se tem contato ao chegar em Araponga vindo de Viçosa-MG, pela BR 482. Dessa maneira, o bairro Areia Branca apresenta maior proximidade com o Território do Parque Estadual Serra do Brigadeiro. Essa proximidade possibilita que o município consiga viabilizar recursos para melhoria em vias desse entorno, como comentado pelo Entrevistado 7.

E, em relação a esse trecho do município, foi ressaltado pelo Entrevistado 9 que Areia Branca apresentou um rápido crescimento e contou com um processo desordenado, por isso, é necessária a atenção dos gestores municipais. Além disso, foi sugerido um marco para a entrada do município, uma vez que se trata de um trecho próximo a uma das entradas do Parque. Esse marco, segundo ele, viria para valorizar Areia Branca, demarcando a entrada no município, além de incentivar a melhoria do calçamento e dos equipamentos urbanos utilizados pela população que ali reside.

3.3.1. Percurso por Areia Branca

Figura 23 - Indicação de fotos em Areia Branca



Fonte: Base Cartográfica IBGE e Google Earth. Adaptado pela Autora (2021)

Figura 24 - Vista a partir da Avenida Antonio Toledo Ribas/ Vista em rua Nilo Dias de Andrade.



Fonte: Arquivo pessoal. (2021)

Algo que chama a atenção é a moldura das montanhas na paisagem ao longo da observação da cidade. A pavimentação do bairro é majoritariamente em blocos, sendo que as ruas mais recentes apresentam trechos em terra batida, como a Rua

Mirante, observada em foto. Ao longo das ruas observa-se iluminação pública com frequência, calçadas irregulares, em algumas vezes inexistentes.

Figura 25 - Vista em rua Nilo Dias de Andrade.



Fonte: Arquivo pessoal. (2021)

Ainda na Rua Nilo de Andrade, como em outras que constituem Areia Branca, o gabarito apresenta-se entre 1 e 2 pavimentos, predominantemente de uso residencial, ocorrendo edificações de mais pavimentos com uso para comércio na Avenida. Por se tratar de relevo acidentado, nota-se alguns pontos esbarrancados, com pouca vegetação, o que permite inferir que foram ocasionados por chuvas fortes e outras intempéries.

Figura 26 - Vistas em rua Puris.



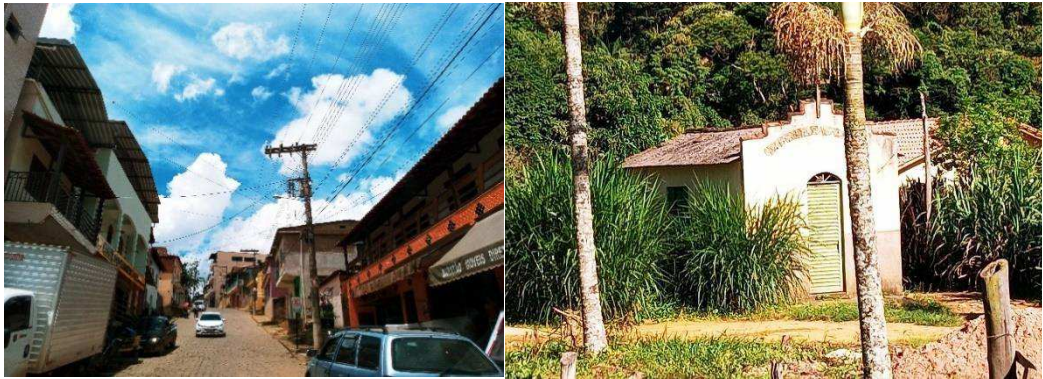
Fonte: Arquivo pessoal. (2021)

Na Rua Puris, a vista possibilita a identificação do vale no qual a parte urbanizada de Araponga se encontra, novamente, com as lavouras de café ou com matas preservadas, as quais compõem a moldura do entorno. Acerca da formação

do bairro, foi identificado que o crescimento ocorreu principalmente devido à melhoria da condição financeira de lavradores rurais, visto o auge dos cafés especiais de Araponga, como comentado pela Entrevistado 7.

Ao seguir de Areia Branca para o Centro, há mudança de pavimentação das ruas, transitando de asfalto para pedras. E, por se tratar de um município majoritariamente rural, observa-se ao longo do percurso áreas verdes, quintais com galinhas e cultivo de verduras.

Figura 27- Vista da Rua José Teixeira Lara.



Fonte: Arquivo pessoal. (2021)

3.3.2. Percurso pelo Centro

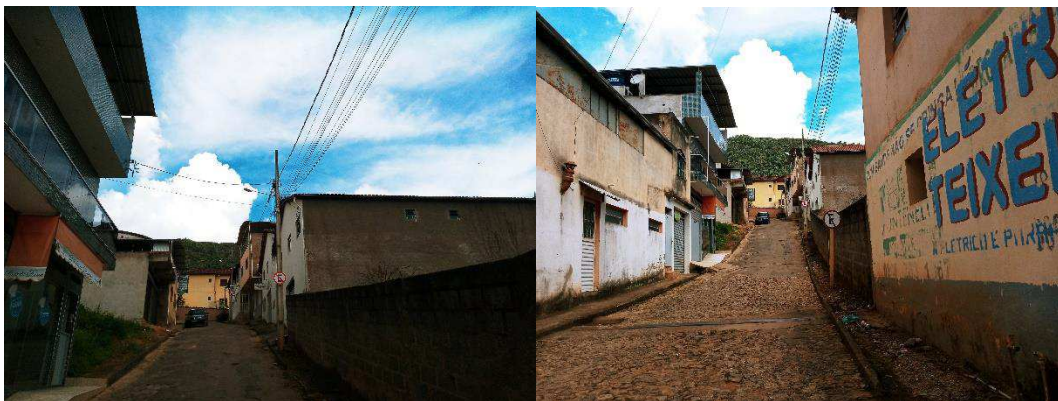
Figura 28 - Indicação de fotos - Centro de Araponga



Fonte: Base Cartográfica IBGE e Google Earth. Criado pela autora.

Ao nos aproximarmos do conhecido “Centro” encontramos ruas em declividade e com uma caixa inferior à avenida, em que a iluminação pública se mantém presente. Embora não tenha muitos pontos de lixeiras, as ruas se apresentam limpas.

Figura 29 - Vista da Rua Vicente J de Lima



Fonte: Arquivo pessoal. (2021)

Alguns trechos de rua possuem pavimentação diferente do restante. A sinalização para carros é presente, o gabarito existente e o uso não diferem de Areia Branca. Há no Centro alguns casarões de uso misto, com ocorrência de comércio no primeiro pavimento e residência no segundo.

Figura 30 - Vista Rua Sebastião Costa Pereira e Rua Gabriel Lopes Leles.



Fonte: Arquivo pessoal. (2021)

Ainda no Centro, observa-se ruas em construção, na foto nota-se edificações em etapa de finalização, visando subsidiar setores como CRAS, Unidade Básica de Saúde e Creche Municipal que atenderão o município. Também no centro, encontra-se o cemitério, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Capela Mortuária, Posto de Saúde Familiar, Escolas Municipais, Prefeitura, Câmara de Vereadores e demais secretarias municipais.

Figura 31 - Vista da Rua Maria J Macedo.



Fonte: Arquivo pessoal. (2021)

Em foto um dos acessos à Igreja Matriz do município. Ainda que a religião católica predomine, há no centro cerca de outras 5 igrejas protestantes, entre elas: Assembleia de Deus, El-shaddai, Batista e Maranata.

Figura 32 - Vista da Praça de Araponga.



Fonte: Arquivo pessoal. (2021)

Em foto observa-se a Praça Manoel Romualdo de Lima recém-reformada, com espaços de permanência e de paisagismo que possibilitam pouca sombra e bom calçamento.

3.3.3. Percurso por São Bento (Estevão Araújo)

Figura 33 - Indicação de Fotos em Distrito Estêvão de Araújo



Fonte: Base Cartográfica IBGE e Google Earth. Adaptado pela autora. (2021)

Seguindo a BR 482 alcança-se o caminho para Estevão de Araújo, também conhecido como São Bento. No caminho é possível observar a APA de Araponga que não se encontra no território do Parque Serra do Brigadeiro.

Figura 34 - Vista do caminho do Centro para o Distrito Estevão Araújo.



Fonte: Arquivo pessoal. (2021)

As matas e as montanha predominam as vistas do caminho até o vilarejo que se encontra a 10km do centro de Araponga, sendo todo o caminho em terra batida. A Viação Vale do Piranga faz esse percurso. Em foto observa-se a transição de pavimentação no início do distrito. Além disso, observa-se novamente as matas e as montanhas como parte das vistas.

Figura 35 - Vista da Rua Luis M Pedra



Fonte: Arquivo pessoal. (2021)

Na entrada do distrito observa-se uma frequência menor de iluminação pública, bem como a falta de calçadas, tais situações ocorrem ao longo do distrito com maior ênfase nas ruas em ponto de maior declividade. O distrito São Bento possui Unidade Básica de Saúde que funciona de dia, Escola Municipal e mercados que suprem a necessidade dos moradores, na foto há a Praça do Rosário, que recentemente recebeu iluminação pública.

Figura 36 - Vista da Rua dos Pontos (esquerda) e Rua Manoel José Martins (direita).



Fonte: Arquivo pessoal. (2021)

Ao longo da Rua dos Pontos, durante a pesquisa, estavam ocorrendo algumas obras de calçamento as quais estão em andamento, como podemos observar na Figura 16 a qual apresenta materiais de construção em determinados trechos do distrito. Na foto há vista da Rua Manoel José Martins, também com, majoritariamente, casas de um ou dois pavimentos ao longo do distrito. O percurso conta com ruas estreitas e sem calçadas demarcadas, fator que dificulta a transição de pedestres, visto que as ruas são utilizadas para via dupla, embora tenha o suficiente apenas para um veículo.

Figura 37 - Vista da Rua Juscelino Pereira.



Fonte: Arquivo pessoal. (2021)

Mais ao final da subida do distrito há presença forte de vegetação, cercas de bambu ou madeira, casas um pouco mais distanciadas do que ocorre próximo à Praça. Em relação ao mobiliário urbano, a iluminação pública estava pouco presente na Rua Juscelino Pereira, no momento da pesquisa, a sinalização era escassa e não havia calçadas delimitadas.

Figura 38 - Vista da Rua João R Assis.



Fonte: Arquivo pessoal. (2021)

3.4. Buscas no histórico legislativo de Araponga

Como parte da pesquisa, foi realizada uma visita à Câmara Municipal de Araponga com objetivo de identificar peças legislativas relacionadas à cultura, ao turismo, ao Parque Serra do Brigadeiro e ao meio ambiente, utilizando o recorte temporal de 1996 a 2020. Ao todo, foram selecionadas 31 peças legislativas, a seguir, as principais legislações identificadas junto à responsável por assuntos internos. O critério para seleção das peças posterior à identificação foi a leitura do documento e da percepção da relação com questões abordadas em entrevistas. No entanto, não há como afirmar concreta relação com a estadualização do Parque.

Ao observar a data, o nome e a descrição sucinta de cada legislação selecionada, aprovada pela Câmara de Vereadores, é importante destacar que em 1995 foi criado o Critério ICMS Patrimônio Cultural⁵, esse programa, entre outras ações, incentivou a criação de Conselhos deliberativos para Patrimônio Cultural.

⁵ Programa de Minas Gerais para incentivo à municipalização de ações de política pública de preservação do patrimônio. Único no Brasil.

Somado a isso, entre os anos 1990 e 2000 foram intensificados os debates acerca da proteção ambiental em todo o país, vindo a ser instituída a Lei 9.985/00, formando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), responsável por definir que as Unidades de Conservação (UCs) são áreas que são sujeitas à proteção devido às suas características naturais. De forma complementar, vale comentar que as UCs são divididas em dois grupos: as de Proteção Integral e as UCs de Uso Sustentável.

Considera-se ainda que, em Araponga, há a Lei Orgânica 01/1999, responsável por dispor sobre como se dá a organização do município, sobre a administração municipal, respeitando a Constituição Federal e a Constituição do Estado de Minas Gerais, sobre a organização de poderes e respectivas atribuições. No que envolve uso do solo, a Lei Orgânica de Araponga não delimita áreas de crescimento ou preservação de baixo gabarito, apenas dispõe:

Artigo 5º - Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições: (...) planejar o uso e a ocupação do solo em seu território, especialmente em sua Zona Urbana; XIV – estabelecer normas de edificações, de loteamento, de arruamento e de zoneamentos urbanos e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território; XV – conceder licença para localização e funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços, na forma do Código Tributário Municipal; (...) XX – regulamentar a utilização dos logradouros públicos e especialmente o perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos; XXI – fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

Tendo em vista a instituição do ICMS Patrimônio Cultural, a existência do ICMS Patrimônio Turístico e da Lei relacionada às UCs, a seguir as peças legislativas selecionadas:

Quadro 4 - Peças Legislativas selecionadas na Câmara Municipal de Araponga

Lei 461/1997	Dispõe sobre a Criação da Secretaria Municipal de Turismo
Lei 488/1997	Declara de utilidade pública a Banda de

	Música Lira Sagrado Coração de Jesus
Lei 490/1998	Dispõe sobre criação da APA de Araponga;
Lei 513/1998	Cria cargo de Secretário de Turismo e Meio Ambiente;
Lei 536/1999	Dispõe sobre Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências
Lei 555/2000	Dispõe sobre a ampliação do Perímetro Urbano de Estevão de Araújo
Lei 583/2001	Estabelece a Proteção do Patrimônio Cultural;
Lei 584/2001	Cria o Departamento de Patrimônio Cultural
Lei 587/2001	Dispõe sobre a Instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
Lei 588/2001	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental
Lei 589/2001	Institui o Conselho Municipal de Turismo
Lei 607/2002	Cria o cargo de Chefe do Departamento de Cultura
Lei 767/2008	Dispõe sobre a ampliação do Perímetro Urbano da Sede do Município;
Lei 819/2010	Define a política municipal de turismo e dispõe sobre áreas especiais e locais de interesse político
Lei 825/2010	Modifica a forma do Parcelamento do solo
Lei 836/2011	Cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente

Fonte: Câmara Municipal de Araponga

Após avaliação das peças, em relação às legislações implementadas pela Prefeitura Municipal de Araponga, após 1996, encontrou-se instrumentos de formação de Conselhos e reorganizações da secretaria responsável pelas temáticas de Cultura, Turismo e Meio Ambiente. Nota-se que as temáticas se encontram associadas, além de serem organizadas e planejadas em conjunto. Ao somar à análise que o período analisado coincide com o período em que o IEPHA instituiu novas políticas de incentivo ao Patrimônio e que o Estado também incorporou novas políticas ambientais, por influência de congressos mundiais sobre o tema, não se pode afirmar que a implantação do Parque colaborou para a instituição de leis relacionadas às temáticas de Patrimônio Cultural, Meio Ambiente e Turismo.

3.5. Araponga, o Parque e a paisagem cultural local

A paisagem cultural de um município pode ser descrita como o conjunto de atividades culturais aliado às particularidades geográficas e urbanísticas, bem como a percepção e o uso que a população faz do espaço. Sendo assim, utilizou-se como referência para este trabalho o livro “Conhecer Araponga”. No início dos anos 2000, sentindo falta de material para pesquisa sobre Araponga o Sr. Geraldo Assis realizou buscas em Mosteiros de Mariana e Ouro Preto, visitou outras Prefeituras e montou o livro “Conhecer Araponga”, material com informações significativas acerca do histórico do município. Segundo o autor, integrante da Banda da Cidade e funcionário da Prefeitura de Araponga, eram escassos os materiais para as crianças realizarem pesquisas, além disso, havia dúvidas sobre o passado do município. Foi relatado que a história local faz parte do conjunto de estórias repassadas oralmente entre as gerações, porém, ainda não havia nada sistematizado

O livro apresenta qualidade bibliográfica que restitui desde os primeiros visitantes até o início de 2003, momento próximo à inauguração do Parque Estadual Serra do Brigadeiro. Nota-se, em trechos menos bibliográficos, a percepção do autor e também as expectativas em relação ao município após a estadualização do Parque:

Araponga é, hoje, uma cidade que respira novos ares. Totalmente modernizada, mas sem esquecer suas raízes, a cidade tem investido na sua vocação para o turismo ecológico, oferecendo locais de repouso e de descanso para quem procura fugir das tribulações do dia-a-dia dos grandes centros urbanos. (p.265)

Certamente, a expectativa tinha fundamento e há que se concordar que:

Em apenas uma viagem não se pode conhecer Araponga. O Turista Ecológico só se dará por satisfeito depois de conhecer, o Alto do Cruzeiro, os Túneis das Minas de Ouro, a Fazenda do Caparaó, o Pico do Soares, o Pico do Boné, Pedra do Campestre na Serra da Grama, Pedra Redonda, a Cachoeira do Boné, da cachoeira da laje, o Rochedo, a cachoeira dos Braga, o Capão, a Pedra Dourada, a Cachoeira são Rafael, a cachoeira do Félix e a Cachoeira de São Domingos, etc. (p.261)

De forma complementar, ainda revisando a história oral local, há no livro menção às festividades, a rituais religiosos e a histórias marcantes de antepassados, colaborando para a compreensão da paisagem de Araponga.

Tem-se conhecimento de que as manifestações culturais no Brasil são incontáveis, existindo em todo país uma imensa riqueza material e simbólica. Ao longo do tempo essas manifestações se reproduzem e se reinventam, colaborando para os sentimentos de pertencimento e identidade dos respectivos grupos que as transmitem. Adentrando a Zona da Mata mineira, encontra-se manifestações culturais como o Congado, Folia de Reis, Mineiro Pau, Charola de São Sebastião, Folia do Divino, dentre outros, que participam e constituem o imaginário coletivo de municípios. Considerando o livro “Conhecer Araponga” e comentários extraídos em entrevistas, temos como principais rituais e festividades as Folias de Reis, Dança dos Caboclos e Encomendação de Almas.

A Festa de Folia de Reis é uma tradição católica que se inicia na véspera do Natal e acontece até dia de Reis (6 de janeiro) ou dia de Nossa Senhora das Candeias (2 de fevereiro). Os participantes vão às ruas festejando, vestindo trajes que remetem aos personagens palhaço, capitão, alferes da bandeira e músicos. Em Araponga, o movimento permitiu encontros de folias em outras épocas do ano, tanto em Araponga como em outras cidades.

Enquanto isso, a Dança dos caboclos, ou Caboclinhos, possui origem no período colonial e segue presente em diferentes estados do país. Ao longo das décadas, essa dança foi se diferenciando de município para município, apresentando características diferentes, associadas a cada localidade que a utiliza. Em Araponga, a Dança de Caboclos tem como objetivo apresentar o Povo Originário

Puri como seu principal agente. Assim, é retomado o massacre e o processo de invisibilização pelo qual o Povo Puri passou. Dessa maneira, com a formação do Movimento de Ressurgência Puri e a manifestação da Dança dos Caboclos, seus descendentes buscam comprovar que as raízes Puris seguem presentes em nosso cotidiano. Ao se apresentarem como “Folguedo do Arrepiados”, a Dança dos Caboclos assume um papel essencial na afirmação da presença histórica e cultural deste povo na Zona da Mata mineira, bem como no Território da Serra do Brigadeiro. A seguir fotos cedidas pelo Entrevistado 17, datadas entre 1998 e 2002.

Figura 39 - Fotografia da apresentação do grupo “Folguedo dos Arrepiados”



Fonte: Arquivo pessoal do Entrevistado 17. (2021)

Figura 40 - Fotografia da apresentação do grupo “Folguedo dos Arrepiados”.



Fonte: Arquivo pessoal do entrevistado 17. (2021)

Enquanto isso, a Encomendação das Almas, ritual católico e tradicionalmente praticado às sextas-feiras de quaresma, envolve, de forma resumida, um grupo de jovens cobrindo a cabeça com lençóis e tolhas brancas conduzido por uma mulher, com mesmo traje. O grupo vai caminhando pelas ruas, com velas às mãos e tocando um instrumento denominado matraca, peça de madeira com uma plaqueta ou argola que se agita sonoramente em torno de um eixo, usada pelos integrantes há mais de cem anos. Ao longo do percurso, é proferido um canto que intercala com rezas e orações, visto que essa tradição também é de origem católica. Os cânticos são sagrados e podem ser divididos em Bendito, Excelência e Encomendações. Aquele que possui a matraca em mãos inicia os versos da cantoria das almas.

Como parte da tradição, é realizada a visita a algumas casas anualmente para que as almas voltem em paz ao cemitério. Popularmente, sabe-se que os encomendadores não podem olhar para traz durante as visitas às casas, visto o risco de verem as almas. Ainda segundo a tradição, os moradores das casas, ao receberem o grupo de encomendadores de almas fecham as janelas e portas de

suas casas e apagam as luzes em respeito às almas. Além das manifestações culturais, os entrevistados remeteram a fatos históricos que estão presentes no imaginário popular de Araponga. De forma similar, o livro “Conhecer Araponga” também retoma tais fatos, como a história do Antônio Martins⁶ e a fuga de Arthur Bernardes⁷ para se esconder no município durante a Revolução Constitucionalista de 1932⁸.

Localizada no Parque Estadual Serra do Brigadeiro, próximo à divisa Araponga-Fervedouro, a ermida de Antônio Martins foi construída em 1908, no alto da Serra do Brigadeiro. Atualmente, a ermida é um atrativo cultural da região, recebendo visitas de turistas e romeiros interessados na história local. Segundo relatos, Antônio Martins viajava com sua tropa de burros, comerciando mercadorias pelos arraiais que atualmente compõem a Zona da Mata Mineira.

Figura 41 - Fotografia da apresentação do grupo “Folguedo dos Arrepiados”.



Fonte: Arquivo pessoal. (2021)

⁶ Homem morto cruelmente em Araponga, se tornou algo próximo de uma lenda, ao local da morte e a seu nome se atribui a Ermida que se encontra entre Fervedouro e Araponga.

⁷ Arthur Bernardes foi o 12º Presidente da República durante o período da República Velha (1889-1930), e governou o país de 1922 a 1926.

⁸ Confronto armado entre forças majoritariamente paulistas contra o governo de Getúlio Vargas, que havia ascendido por meio da Revolução de 1930, causando insatisfações.

Por passar algumas vezes em Araponga, foi recebido por um fazendeiro, este ofertou comida e parada para os animais, bem como para o Antônio Martins. Ainda segundo relatos, Antônio Martins engravidou a filha desse fazendeiro e, por medo do que o pai faria, iniciou uma fuga com a moça. A estória finda de forma trágica, em que a filha retorna para a fazenda da família e capatazes matam Antônio Martins de forma cruel. Sabendo do ocorrido, algumas pessoas buscaram o corpo de Antônio Martins para realizar um enterro, posteriormente fundaram a ermida no local de sua morte e, desde então, anualmente, são celebradas missas em intenção de Antônio Martins.

Em relação à resistência bernardista, segundo o Entrevistado 9, após o desgaste político e cerceamentos da Revolução de 1932, Arthur Bernardes foi para Araponga, que no então momento era distrito de Viçosa. O entrevistado conta que há relatos de tios-avôs e conhecidos reforçando que nesse pequeno distrito se formou uma resistência bernardista, com homens equipados com armamento para conflito, caso fosse necessário. O Estado mobilizou lideranças e em Itaporanga, atual Sericita, foi formado o grupo que viria a desestabilizar o movimento formado em Araponga. Novamente, uma história que demonstra a vontade e a força dessa comunidade em prol de um interesse comum.

Além das Folias, do Caboclo e todo o histórico do município, há que se considerar que, segundo o Entrevistado 9, já ocorreram capacitações, motivadas por parceria com Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), visando criar alternativa para donas de casa que ficam “ociosas” em determinada parte do ano, quando apenas homens são chamados para lavouras. Dessa forma, seria possível aproveitar especiarias, frutas e outros itens específicos de cada comunidade e propiciar que cada região teria sua particularidade para ofertar aos turistas. Vale mencionar que, como em outras pequenas cidades do município de Minas Gerais, as festas católicas são bastante presentes e possibilitam também a movimentação da dinâmica econômica do município.

4. CAPÍTULO 3. FATORES SIGNIFICATIVOS PARA MUDANÇAS DA PAISAGEM EM ARAPONGA

Em meio ao contexto de uma pandemia, a proposta de entrevistas tornou-se desafiadora, contudo, continuou imprescindível quando observados os objetivos do presente trabalho. A paisagem de um lugar pode ser apreendida a partir de análises, observações e constatações, contudo, viu-se a necessidade de complementar o olhar externo com o olhar daquele que participa e cria a paisagem. Por olhar, nós entendemos, a maneira como os locais e os forasteiros observam e interpretam a paisagem cultural de Araponga. Essa necessidade nasceu a partir da perspectiva fenomenológica apontada por Besse (2014).

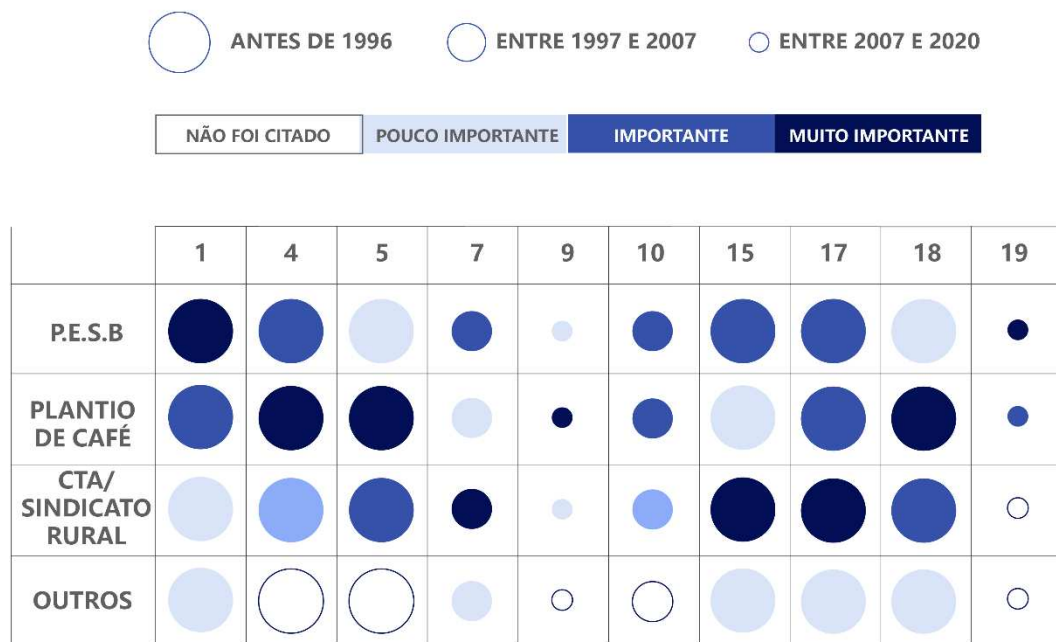
A paisagem pode, então, ser compreendida e definida como o acontecimento do encontro concreto entre homem e o mundo que o cerca. A paisagem é, nesse caso, antes de tudo, uma experiência. Mas, no sentido geral, essa experiência paisagística ou, melhor dizendo, essa paisagem que se apresenta como experiência só remete, para o ser humano, a certa maneira de estar no mundo e ser atravessado por ele. (BESSE, 2014. p.47)

Partindo de informes recebidos da Secretaria de Cultura, alguns donos de pousadas foram contatados, entre eles, poucos se interessaram em participar e, concomitantemente, outros disseram não ter o que falar e se negaram a participar. Por utilizar o método “bola de neve” para as entrevistas, a partir dos primeiros entrevistados, recebe-se direcionamento para outras pessoas que poderiam contribuir para o trabalho. Como apresentado anteriormente, o número de entrevistados alterou conforme retorno deles. Além disso, destaca-se que as entrevistas ocorreram em um período menor que o planejado, visto a situação de pandemia e o receio de contaminação, tanto por parte da entrevistadora quanto por parte dos entrevistados, ainda que todas as recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde) tenham sido consideradas e praticadas.

A seguir, um diagrama montado após as entrevistas, utilizando os números indicativos seguindo o Figura 40, nele encontram-se indicadas duas variáveis: 1- a partir de qual momento o entrevistado tornou-se morador participante de Araponga, visualizado a partir do tamanho do círculo; 2- qual a atribuição dada pelo entrevistado a cada uma das possíveis influências que o município recebeu entre

1996 e 2020, visualizando-se pela intensidade da cor. É importante ressaltar que todas as influências presentes no diagrama foram efetivamente citadas durante a entrevista - P.E.S.B., o plantio do café e a movimentação promovida pelo CTA e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais -, quando não foi citado o círculo encontra-se sem cor. Além disso, em “outros” encontram-se influências pouco citadas, ou seja, que não apresentaram tanta relevância quanto o P.E.S.B., o plantio do café e a movimentação promovida pelo CTA e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A escolha de um círculo pequeno, o menor entre três, para representar pessoas que moram a menos tempo em Araponga sucedeu-se do interesse de demonstrar que essa pessoa tem menor domínio histórico acerca do município, enquanto morador. Em soma a isso, tem-se que a cor azul quanto mais intensa maior a relevância que essa pessoa deu ao critério.

Figura 42 - Diagrama com percepção dos entrevistados.



Fonte: Arquivo pessoal. Criado pela autora (2021)

4.1. O turismo e a construção da paisagem rural em Araponga

Sorokim, Zimmerman e Galpin (1981, apud. BISPO, 2012, p.5) formularam características diferenciais entre o rural e o urbano, vindo a tornarem-se base de grande parte de estudos relacionados a esse tema. Foram definidos nove critérios,

de forma simplificada, são eles: 1) diferença ocupacional, onde o rural se atém em atividades ao cultivo e criação de animais, enquanto no urbano essas tarefas não acontecem; 2) diferenças ambientais, visto que ocupações rurais estão mais sujeitas à exposição ao ar livre que as urbanas; 3) tamanho da população, pois, devido à necessidade de maior extensão para atividades rurais há uma menor concentração populacional; 4) densidade populacional, esse, atrelado ao anterior, leva a crer que em áreas rurais a densidade é menor que em ambientes urbanos; 5) homogeneidade e heterogeneidade das populações, em que a primeira é entendida como semelhanças percebidas em linguagem, crenças, opiniões, tradições, etc., assim sendo, comunidades rurais apresentam-se mais homogêneas; 6) diferenciação, estratificação e complexidade social, que nas cidades tornam-se mais evidentes em detrimento da heterogeneidade; 7) diferenças no número de mudanças de domicílios, levando a concluir que populações rurais tendem a ocupar um mesmo espaço por maior tempo que as urbanas, visto a possibilidade de mudança de domicílio e de emprego; 8) diferenças na direção da migração, excluindo casos excepcionais, as correntes rural para urbano são mais frequentes que as correntes contrárias; 9) por fim, diferenças no sistema de integração social, os encontros entre pessoas distintas no ambiente rural apresenta-se inferior ao urbano, visto a menor população, menor ocupação e menor mobilidade.

As relações humanas vêm modificando com o advento das tecnologias, da mesma forma, muda-se, também, a forma de entender e de diferenciar o urbano e o rural, iniciando as mudanças pelos quesitos que envolvem as atividades desenvolvidas em um e em outro. Entre os estudos posteriores a 1930, Sposito (2006) voltou seu olhar para características que diferenciam o rural do urbano. Há então uma abordagem sobre a questão campo-cidade, a partir de três critérios: 1) concentração demográfica, comumente associada à cidade, a autora levanta que a cidade concentra, além de pessoas, obras, objetos, infraestrutura, equipamentos, edificações, acontecimentos, entre outros; 2) diferenciação social, associada à divisão social e territorial do trabalho estabelecida entre cidade e campo, onde há uma complementariedade; 3) unidade espacial, historicamente associada à cidade, expressa por tecidos urbanos e marcada pela integração de vias, diferenciando-se expressivamente do espaço do campo.

A divisão territorial de rural e urbano no Brasil é pautada no estabelecimento de limites arbitrariamente por parte da administração, como destacado por outra autora dessa temática, Endlich (2006). Diante desse método de divisão, temos casos de cidades com áreas urbanas que não são urbanizadas, visto que a administração pública municipal pode definir uma determinada área como urbana e criar loteamentos, não necessariamente munidos de serviços e equipamentos urbanos.

Maria Encarnação Beltrão Sposito (2006) chama atenção para a necessidade de uma categorização que abarque especificidades e características do que pode definir uma área com urbana ou não. Para Sposito (2006, p. 111) “essa redução da urbanização à apreensão da dinâmica populacional, pode parecer uma solução, numa primeira avaliação, mas se trata, de fato, de um problema”. A autora menciona e discute atributos que estão relacionados ao processo de urbanização desde a origem das cidades, são eles: unidade espacial, diferenciação social e concentração demográfica, em que a última faz menção não somente a pessoas, mas também a equipamentos, a edificações, a acontecimentos e à infraestrutura.

O plano de desenvolvimento territorial da Serra do Brigadeiro (CTA-ZM, 2004) apresenta a definição de turismo rural como um dos eixos estratégicos de ação nas comunidades do entorno do PESB, fator que pretendia explorar o conhecido potencial turístico do Parque. Nesse sentido, ressalta-se que tal atividade deveria ser realizada sem descaracterizar ou desrespeitar o espaço ou aqueles que fazem uso dele. Buscava-se beneficiar as famílias, por meio da renda do turismo, bem como conscientizar acerca da importância de preservação da referida unidade de conservação.

Em Araponga nota-se um interesse da população em destacar suas características rurais, associando bom caráter, boas relações e laços de amizade ao tema rural. O município, segundo IBGE (2010), possui população majoritariamente rural, sua renda se constitui de produção agrícola e agroecológica e o turismo se configura de atividades associadas ao meio rural.

4.2. A paisagem do café em Araponga

O histórico do café em Minas Gerais está interligado a estímulos governamentais, no início da década de 1970, propostos para a promoção de novos cultivos. Anteriormente, os estados Paraná e São Paulo apresentavam maior participação na produção cafeeira brasileira. Contudo, devido à ocorrência de geadas nas principais áreas de produção nesses estados houve o interesse de investir em novas áreas, chegando-se às serras de Minas Gerais.

Inicialmente, foram estabelecidas áreas na mesorregião do Triângulo/ Alto Parnaíba com maior ênfase que na Zona da Mata Mineira. Com o passar do tempo, a mecanização colaborou para a manutenção do cultivo e, aos poucos, os municípios do Sul e Sudeste do estado apresentaram bons resultados em relação ao café em Minas Gerais.

Na microrregião de Viçosa há municípios com áreas propícias e destinadas ao cultivo do café, em especial, devido à altitude, visto que há pesquisas indicando que cafezais cultivados em terrenos acima de mil metros de altitude tendem a produzir melhores cafés. Dessa maneira, se justifica que há nesses municípios marcas e produtores premiados nacional e internacionalmente. O município de Araponga, além da altitude, produz cafés a partir de técnicas da agricultura orgânica, propiciando outro diferencial.

A implementação do cultivo do café e o processo de processamento do grão se inseriu em Araponga pela tradição cultural de Minas Gerais. Dessa maneira, os trabalhos de colheita, de secagem e de tratamento dos grãos são conduzidos seguindo tradições passadas de geração em geração. Essa característica pode ter influenciado para que exista uma resistência dos produtores em relação às novas tecnologias indicadas para o cultivo do café. Além disso, nota-se, a partir de relatos, uma certa dificuldade para inserção ou criação de associações visando melhorias no processamento e na distribuição dos grãos.

No formato de cultivo do café em Araponga há a presença do sistema de meeiros, destacando-se a relação de confiança entre o dono do terreno e o principal responsável pelo cultivo. Nesse sistema, os envolvidos dividem os insumos, contratam terceiros para a realização do trabalho agrícola e há divisão dos lucros,

reforçando a parceria proposta. Além disso, considerado incoerente com o sistema econômico vigente, esse sistema possibilita uma redução de custos para o proprietário.

Ao todo, há que se considerar que os produtores do café em Araponga não se compõem apenas de descendentes de antigos produtores. Assim, novos produtores, recém-chegados, com um viés mais empreendedor, percebendo o potencial da região investiram em maquinários e tecnologias que estão gerando retorno econômico para o município com os conhecidos “cafés especiais”.

Assim como em outros municípios mineiros, o Entrevistado 9 comenta “antigamente em Araponga o café era plantado morro acima”, lembrando que o manejo desse grão era bem diferente do modo como conhecemos atualmente. Até meados da década de 1980 foi comum limpar completamente o solo, tornando-o propenso à erosão, enfraquecido, sem nutrientes, acreditando ser este o método mais indicado para preparo do solo. Além disso, o Entrevistado 9 lembrou que já foi muito comum aproveitar mudas de café disponíveis nas matas, nascido após sementeação natural de morcegos, jacus, entre outros animais. Dessa forma, os cafezais não apresentavam variedades como se conhece e, de forma complementar, a quantidade de mudas adquiridas era indeterminada em cada ano.

4.3. O turismo e a construção da paisagem do café em Araponga

Ao longo das entrevistas foi mencionado o “potencial turístico” de Araponga e, ao observar as cadeias produtivas e atividades presentes no município, percebe-se duas fortes vertentes: o ecoturismo e o agroturismo, ambos os termos ganharam holofotes no trabalho a partir das entrevistas. O primeiro, turismo de natureza ou ecoturismo, utiliza o patrimônio natural e cultural como base para preservação e conscientização acerca da sustentabilidade. Já o agroturismo pressupõe uma experiência consciente com o rural, com as tradições locais e rurais, buscando vivenciar o cotidiano de um ambiente que se contrapõe ao urbano, aos centros de cidades.

Partindo dessas duas possibilidades, esse trabalho levanta a importância do desenvolvimento de estudos acerca dos impactos da atividade turística no município de Araponga. Atualmente, como mencionado pelo Entrevistado 7, o município não

está voltado para os visitantes, mantendo suas atividades cotidianas e rotinas próximas às existentes nos períodos anteriores à implantação do Parque Estadual.

O Entrevistado 9 já participou do Conselho Consultivo do Parque e percebia falta de condutores dentro de Parque, visto que fica centralizado aos funcionários do Parque, em vez de manter esses poucos funcionários nas atividades de gerenciamento. Retomou que existe uma grande burocracia para definir trilhas, identificar possibilidades e executar, visto o fato de ser estadual. Comentou também que as trilhas sinalizadas são recentes e, por mais que existam possibilidades o Parque caminha a passos lentos.

Segundo o Entrevistado 10, havia um projeto de missões/trilhas, visando atender diferentes visitantes, “chega um grupo e tem o caminhante, tem aquele que prefere ficar na pousada e pode ter alguém que quer se desafiar cada vez mais”. Nesse sentido, citou o Pico do Soares (o ponto mais alto do Parque) que sempre está fechado e segundo ele nem deveria ser divulgado como ponto a ser visitado se não pode ser.

A relação do Parque com a população e com os gestores municipais apresenta-se falha. Além disso, “é feito um turismo tímido considerando o potencial de Araponga e do Parque”, segundo ele, a gerente do Parque tem pouco poder de decisão, devido ao sistema engessado. Externamente, há projetos paralelos que visam atender as demandas, como o Grupo Caminhos do Sol e Trilhas autocondutores. Em relação a esses projetos paralelos sabe-se que foram feitas capacitações, porém, como a primeira parte do projeto foi realizada a partir de patrocínio de uma mineradora, como compensação ambiental, ocorreu uma repercussão negativa e o projeto foi pausado.

A seguir, comentando sobre a atual situação do parque, o entrevistado lembrou que o Pico do Boné está com placa de interditado, mas os turistas entram e não há quem evite que isso ocorra. De forma semelhante, a Fazenda do Brigadeiro está deteriorada, necessita reforma e está em risco estrutural, por isso, foi desocupada após pressão. Por isso, o imóvel está sem um responsável indicado pelo Parque, em consequência, os visitantes passaram a usá-la de forma espontânea e irregular. O entrevistado reforça: “eu não culpo a gestora atual,

entendo que ela tem muita dificuldade para agir”, retomando a burocracia que envolve o Parque.

Considerando pesquisas complementares acerca do agroturismo têm-se que a paisagem transformada em função do plantio e manejo de cafezais, bem como as relações estabelecidas pelos cafeicultores com seus pares e seu entorno podem vir a ser base para um turismo que colabore na valorização do produto. Além disso, trata-se de uma alternativa de renda e, pensando a longo prazo, poderá colaborar com o desenvolvimento das regiões produtoras.

Ao considerar a modificação da paisagem, entende-se que a produção intensificada do café não apenas influencia o modo de produção do meio rural, mas também interfere em aspectos sociais, econômicos e culturais de todos os envolvidos. Como apontado por alguns entrevistados, o trecho de Araponga denominado “Areia Branca” foi impulsionado após a expansão dos cafés especiais no município, sendo exemplo de uma mudança de paisagem influenciada pelo plantio e venda do café.

Desse modo, a possibilidade do agroturismo ou do ecoturismo deve ser visualizada como possíveis modificadores da paisagem. E, por isso, vale lembrar que a interferência propiciada por essas modalidades pode acarretar expansão urbana, aumento de poder aquisitivo de alguns grupos sociais, aumento do consumo e, como já ocorre atualmente, maior conscientização ambiental por parte da população.

No ano de 2013 foi lançado o edital “Talentos do Brasil Rural”, criado pelo Ministério do Turismo em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Esse processo seletivo tinha como objetivo inserir produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico, aumentando o valor à oferta turística do país. Ao identificar esse edital, alguns gestores do Circuito Turístico Serras de Minas concorreram com o projeto Rota do Café e da Cachaça, buscando aumentar o fluxo de turistas interessados na cultura rural, visualizando uma oportunidade de promover a região e demonstrando consciência dos gestores em relação ao comentar “potencial turístico” dos espaços rurais de Araponga.

Recentemente, o projeto Rota do Café e da Cachaça⁹ seguia existindo, divulgando e comercializando a partir Circuito Turístico de Minas Gerais¹⁰. Algumas modificações ocorreram e tem-se quatro principais propriedades produtivas, uma de café especial e uma de café orgânico em Araponga, uma de vinho artesanal em Viçosa e uma de cachaça artesanal em Guaraciaba. Além disso, como meios de hospedagem conta-se com locais em todas as sedes dos municípios, priorizando aquelas pertencentes a produtores rurais.

Percebe-se, a partir de dados do Parque, que o turismo vem aumentando ao longo dos anos. É possível, a partir das pesquisas realizadas, indicar que inicialmente o Parque fez o município se destacar, sendo motivo de visitas. Com o passar dos anos, o café se tornou a atividade destaque e colaborou para a melhoria do poder aquisitivo de boa parte da população. Como apontado por alguns entrevistados, todo o ciclo do café permite que pessoas tenham serviço, desde a colheita, passando pela limpeza das lavouras, até a adubagem para novos plantios.

Segundo o entrevistado 04, a relação da gerência do Parque com a comunidade mudou muito ao longo dos últimos anos, ao longo da entrevista comenta que o antigo gestor tinha um jeito truncado, ainda assim, era bom em dialogar com os moradores do entorno do Parque, conhecia as pousadas, visitava as áreas rurais com frequência. Atualmente, segundo entrevista, a atual gestão não demonstra interesse nas relações com a comunidade, não procura interagir e criar laços, evita contatos pessoais com os moradores próximos.

Com relação ao início do Parque, o Entrevistado 7 aborda a existência da possibilidade de compra dos terrenos propiciando a indenização por parte do Estado aos moradores. Entretanto, essa possibilidade não veio a se tornar realidade após as conciliações. E, segundo ele, ainda hoje, alguns moradores reclamam não ter conhecimento de onde se inicia e onde termina o seu terreno, o que podem ou não podem plantar e, além disso, reclamam sua indenização.

Quando questionado sobre perspectiva sobre o futuro, o Entrevistado 7 disse que sente falta de um cuidado maior com os visitantes, já ouviu sobre grupos que

⁹ Roteiro Turístico com atividades em trilhas e estradas, trata-se de um projeto que integra o Circuito Turístico de Minas Gerais.

¹⁰ Associação que objetiva divulgar os espaços turísticos de Minas Gerais.

“vieram passear e voltaram com fome”. Ele entende que se trata de um investimento arriscado, pois não é certo que o lucro virá ser imediato à abertura de comércios ou pousadas, porém ressalta “alguém precisa começar e, assim, aos poucos, virá mais gente”.

O Entrevistado 10, nascido e crescido em Estevão de Araújo, visitou pouco o município, ainda assim, percebe que mudou muito. Ao retornar em 2011 para cultivar café especial, percebeu falta de lugar para alojar visitantes e comprou um casarão para locar um restaurante e uma pousada, considerando que se tratava de um imóvel lindo, fizeram todo o possível para restaurar e conservar a história presente e contada por ele.

Ao buscar entrevistados na Secretaria Cultura da Secretaria de Cultura, Meio Ambiente, Turismo, Esporte e Lazer, que também atua nos serviços de saneamento e calçamentos de ruas, conversei com o atual Secretário, Agnaldo de Paulo. No que envolve a vivência pessoal, Agnaldo nasceu na área rural próxima ao Parque Serra do Brigadeiro, sua família possuía 4 terrenos próximos e ele, desde jovem, adquiriu tais propriedades e está criando um espaço mesclado para lazer e pernoites de turistas locais e vindos de outros lugares.

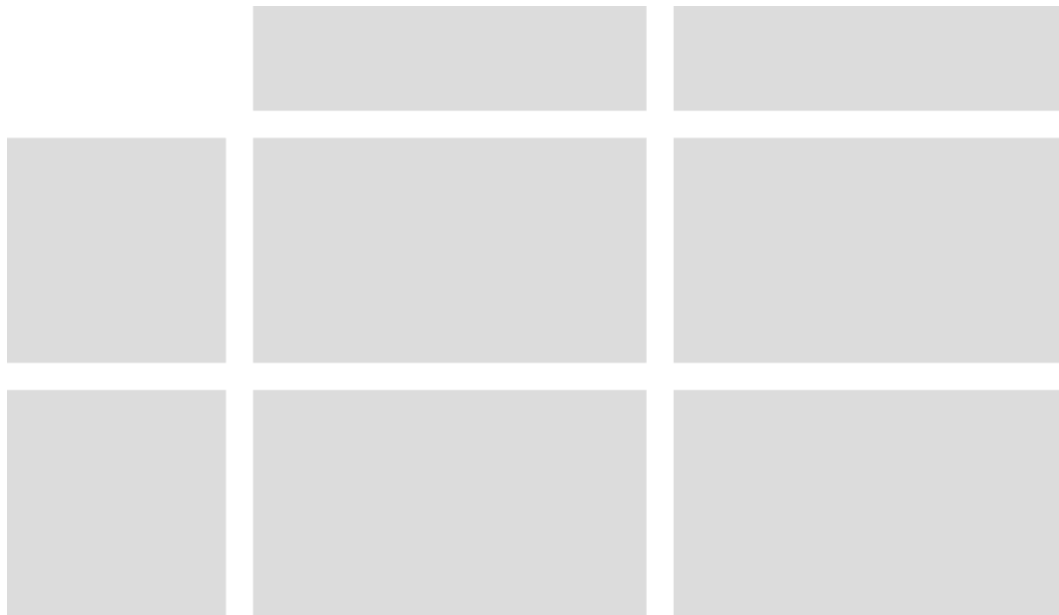
O Secretário deixou claro seu interesse em colaborar com as melhorias possíveis para o município de Araponga, abordando, durante a conversa, diversos aspectos do município e da relação desta com o Parque. Em relação às legislações (um dos focos desse primeiro contato), o Secretário indicou que eu fosse à Câmara Municipal, visto que arquivos de grande importância não se encontram na secretaria desde metade do mandato do atual prefeito. Contamos com a presença do atual responsável por Meio Ambiente e ex-prefeito de Araponga.

Devido às diferentes temáticas abordadas na conversa como o Secretário de Cultura, optou-se por utilizar a matriz F.O.F.A.¹¹ como método de organização das informações, buscando categorizar e fazer inferências posteriormente. Vale ressaltar que a matriz F.O.F.A. é feita em quadrantes, ou seja, em quatro quadrados iguais, sendo que em cada quadrado são registrados fatores positivos e negativos para a

¹¹ Ferramenta de Planejamento Estratégico Empresarial. Termo advindo do inglês, SWOT é o acrônimo para Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats. Ao traduzir para o português tem-se a sigla FOFA que significa Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças.

implantação do negócio, nesse caso estamos utilizando para a pesquisa, pois, a tarefa principal é levantar o maior número possível de itens para cada área (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças).

Figura 43 - Esquema de Matriz SWOT



Fonte: Criado pela Autora. (2021)

4.3.1. Identificação de forças:

- Conselho de Patrimônio Cultural existente e ativo;
- Pessoas dentro da Secretaria interessadas em avançar nas políticas de turismo e manutenção de bens tombados, inventariados, registrados, bem como tradições como Caboclo, folias, Festas Juninas e Terreiros Culturais;
- Grande diversidade cultural percebida e divulgada, há na secretaria e ao longo do município placas colocadas pela Prefeitura e indicações para percursos, pousadas e outros assuntos do parque;
- Algumas formas de agir (modos de fala, contato e costumes) da população em geral bem definidos: contrários a uso de drogas, fala objetiva e sincera, receio com o “novo”/”moderno”; fator que facilitaria a criação de um manual de boas atitudes dos

turistas, visando minimizar situações constrangedoras e desagradáveis para ambos os lados (população e turistas);

- Identidade da população muito bem definida, acarretando colaboração entre comerciantes e diálogo incisivo com gestores, quando há necessidade solicitar alguma demanda.

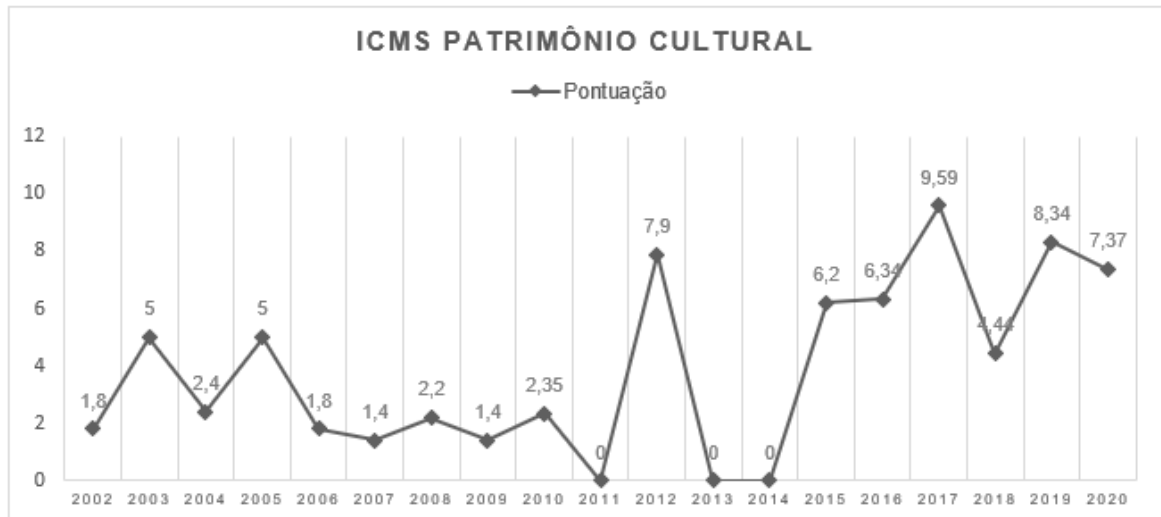
4.3.2. Identificação de fraquezas:

- Atrito e divergências entre famílias (segundo o secretário) foram fatores de rejeição do Parque no início, visto que as famílias que estavam à frente eram vistas como elitistas, pessoas que não colaboravam com o desenvolvimento do município, apenas tentavam ter benefícios, porém, com o contato do Estado, palestras e conscientizações, a população percebeu que seria um benefício para toda a comunidade. A questão da Cota Mil também foi mencionada na conversa pelo responsável do Meio Ambiente (ele participou por pouco tempo). Atualmente, o recorte irregular do parque prova que houve um acordo entre os propositores e os donos de terrenos. Segundo o Secretário algumas famílias não foram indenizadas ainda, há processos correndo para que isso ocorra em breve;

- Muitas atividades nas mãos de poucas profissionais e sob a diligência de uma única pessoa, gerando sobrecarga e estresse. Em uma mesma Secretaria encontram-se atividades referentes a Turismo, à Cultura, ao Meio Ambiente, ao Esporte, ao Lazer, ao Saneamento e ao Calçamento de ruas;

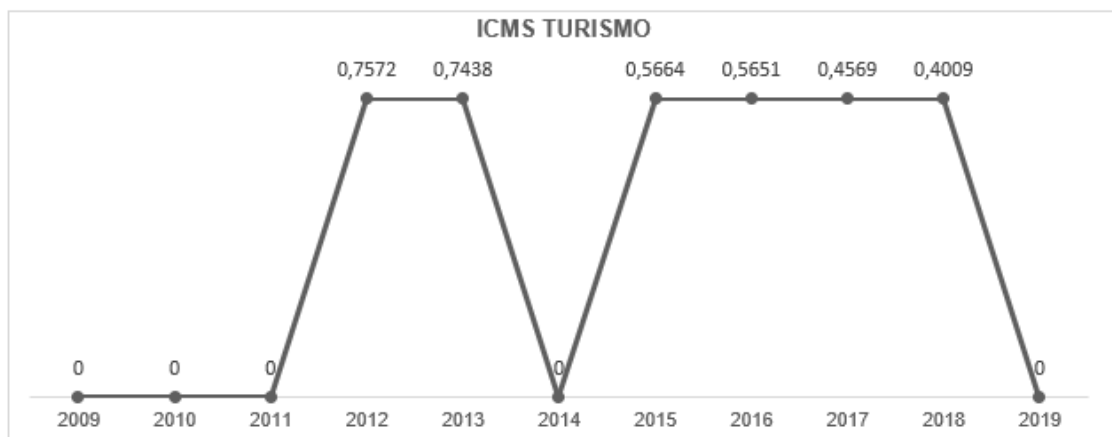
- Dentro da Prefeitura não há reconhecimento do valor da Secretaria de Cultura por ter menor retorno financeiro ainda que tenham bom retorno no âmbito do meio Ambiente e do Turismo, porém, no Critério ICMS Patrimônio cultural e ICMS Turismo há oscilações devido às trocas de gestão, para entender melhor a variação, seguem gráficos ilustrando o resultado desses dois critérios do ICMS nos últimos anos. Em relação ao ICMS Patrimônio Cultural – criado em 1997 –, não há informações do município antes de 2002. Já o ICMS Turismo – considerado a partir de 2008-, não foram encontradas informações em 2009, 2010, 2011, 2014 e 2019. Vale ressaltar que durante as pesquisas foram encontradas apenas duas tabelas com resultados para o ICMS Ecológico, inviabilizando a comparações de notas nos últimos anos.

Gráfico 1 - Índice recebido pelo município em ICMS Patrimônio Cultural de 2002 a 2020.



Fonte: IEPHA. Criado pela Autora. (2021)

Gráfico 2 - Índice recebido pelo município em ICMS Turismo de 2009 a 2019.



Fonte: SECULT. Criado pela Autora

4.3.3. Identificação de oportunidades:

- Queimadas diminuíram desde 1996, fator que faz a população valorizar o Parque e a Unidade de Conservação;
- Brigadas do Meio Ambiente para seguir controlando o desmatamento;

- Centro de Pesquisa e Promoção Cultural (CEPEC), criado em 2002/2003, inicialmente atendia as demandas e debates entre os 9 municípios, proporcionando melhorias para o parque e os municípios, ao longo dos anos (segundo a visão do secretário) passou a não cumprir tais atribuições com a mesma efetividade em Araponga, caso esteja dentro das diretrizes esperadas seria uma ótima oportunidade;
- Folias, Juninas, Terreiro Cultural e Caboclo, sempre reforçando o que há no município: contratação de bandas e cantores locais, uso de espaços nas fazendas e praça, serviços oferecidos pelo próprio município;
- Identificação da população com tradições populares reforçada em projetos de educação patrimonial nas escolas, fazendo crescer/manter o sentimento de pertencimento para crianças e jovens.

4.3.4. Identificação de ameaças:

- Donos de pousadas com expectativas sobre turistas que não são validadas, por exemplo, de que o visitante não irá utilizar caixa de som, bebida alcoólica ou drogas ilícitas, levando ao desentendimento entre visitantes e anfitriões com certa frequência.
- Relação entre os representantes/ detentores de bens culturais e a (Instituição) Prefeitura bastante desgastadas;
- Desalinhamento entre gerência do Parque e Secretaria de Cultura de Araponga;
- Visão da população sobre o CEPEC – produto advindo da implantação do Parque, considerando-o inutilizado;
- Competição e desgaste entre donos de pousadas;
- Bens inventariados em desgastes devido às intempéries;
- Falta de recursos para direcionar aos bens inventariados;
- Mandato de 4 anos interferindo na continuidade das ações de conscientização ambiental e educação patrimonial no município;
- Poucas pessoas aparentemente interessadas em passar pelos problemas que estar numa secretaria municipal traz;

- Poucos profissionais capacitados para a área de Cultura/Turismo, o que leva a treinar alguém a cada 6 meses.
- Perda de documentos, como página do livro de atas e decretos, ao longo dos anos, especialmente em trocas de gestões após eleições.

O entrevistado 4 apresentou queixas em relação à falta de proximidade do Parque com o município de Araçatuba, comentando que as interações se restringiram e percebe que há exemplos de outros Parques em que a interação município-gestão colabora para que projetos de sustentabilidade sejam melhor acolhidos pela população. Ele citou como bons exemplos os parques do Caparaó e de Cataguases, ressaltando que percebe “muito projeto envolvendo a comunidade, isso faz com que as pessoas queiram preservar”.

Como exemplo de falta de interação citou que em janeiro a Prefeitura promoveu uma conscientização sobre queimadas e descobriu na semana seguinte ao evento que o Parque estava promovendo uma outra conscientização sobre o mesmo assunto, mas não avisaram e nem pediram autorização, poderiam ter executado a atividade juntos e alcançado maior público.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, a proposta do trabalho envolveu entender as influências decorrentes do turismo propiciado pela implantação de um Parque Estadual próximo ao município de Araponga. Contudo, ao longo da pesquisa, entendeu-se que o município já possuía boa estrutura no que tange aos cuidados ambientais, às preocupações com sustentabilidade e à participação popular. Além disso, há indícios de que o desenvolvimento do município foi propiciado, principalmente, pela produção de cafés especiais. Dessa maneira, o trabalho apresentou nova perspectiva após as entrevistas, compreendendo que o processo de pesquisa foi satisfatório.

Ao longo do processo de levantamento bibliográfico, legislativo e de entrevistas foi ressaltado o recorte temporal de 1996 a 2020, sendo interesse do trabalho inferir acerca do período após a estadualização do Parque. A documentação fotográfica não apresentou a relevância esperada para pesquisa, visto que houve dificuldade para encontrar material e o material encontrado não correspondeu às possibilidades indicadas anteriormente. Concomitantemente, a documentação legislativa reforçou que os gestores possuem alguns instrumentos, contudo, as mudanças de gestão contribuem para interrupções de projetos culturais do município, bem como de ações relacionadas ao Parque e à educação ambiental.

Em relação às legislações implementadas pela Prefeitura Municipal de Araponga após a inauguração do PESB, encontrou-se instrumentos de formação de Conselhos e reorganizações da secretaria responsável pelas temáticas de Cultura e Meio Ambiente. É interessante perceber que ambas as temáticas se encontram associadas, sendo organizadas e planejadas em conjunto. Soma-se à análise que o período analisado coincide com o período em que o IEPHA instituiu novas políticas de incentivo ao Patrimônio e que o Estado também incorporou novas políticas ambientais, por influência de congressos mundiais sobre o tema.

O processo de formação das paisagens presentes no município de Araponga possui a população como protagonista. Nesse município é comum, desde a década de 1930, a formação de grupos para reivindicar direitos da população. A presença de características rurais no município, consideravelmente percebida em área

urbana, é motivo de orgulho para a população local, levando-a a considerar a paisagem do município como, principalmente, uma paisagem rural.

As entrevistas visaram conhecer a percepção de pessoas que investiram em atender demandas de visitantes, como donos de pousadas ou de comércios que estão próximos ao Parque ou foram criados por causa dele. Contudo, tendo em vista o momento pandêmico em que o mundo se encontra e a dificuldade de acesso às proximidades do Parque, as entrevistas se restringiram ao centro e ao distrito do município. De forma complementar, há que se ressaltar a resistência apresentada por alguns donos de pousada quando convidados para participar das entrevistas. Essa resistência pode ser compreendida como um receio em opinar acerca da relação do Parque com o município ou, ainda, como um receio em participar de um trabalho acadêmico.

Além disso, as entrevistas possibilitaram reavaliar e complementar o recorte temporal definido inicialmente. Tal Alteração se deveu, principalmente, à necessidade de introduzir o tema do plantio de café como uma das influências na paisagem de Araponga. Dessa forma, tem-se que as influências do turismo após a implantação do PESB foram resultantes também dos cafezais que criaram a cultura dos cafés especiais em Araponga, não somente pela implantação do Parque. Essa influência permite que as dinâmicas econômicas do município se alterem visto a divulgação de pousadas rurais, experiências ecológicas e, também, pela possibilidade de conhecer ou mesmo investir em propriedades cafeeiras.

Entre as dificuldades encontradas ao longo do trabalho está a indisposição de alguns donos de pousada e da gerência do Parque em participar das entrevistas. Esse fator diminuiu a amostragem e contribuiu para contrariar a hipótese e, dessa forma, concluir que o Parque de fato não influenciou o município de Araponga, afinal, demonstra uma lacuna entre os serviços ofertados e a população.

Por fim, é possível inferir que a presença do Parque Estadual Serra do Brigadeiro não influenciou diretamente nas mudanças urbanas de Araponga, no entanto, o parque compõe, junto com os cafezais, a paisagem cultural de Araponga. Além disso, a partir das discussões envolvendo as consequências da implantação de um parque no município, a população – juntamente ao CTA e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais –, foram fundamentais para manter as tradições locais e

chamaram a atenção para a importância de parte desse território para o cultivo, para a moradia e para a convivência.

Após essa pesquisa, suscita-se trabalhos que possam entrelaçar as individualidades presentes em cada município do Território Rural do PESB, bem como destacar essas particularidades, a fim de que possam ser preservadas. De forma adicional, ao longo das entrevistas, foram comentadas possíveis relações entre a gerência do Parque e os municípios do entorno, retoma-se, então, a necessidade de conciliar interesses.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Sheila Patrícia de. Paisagem urbana de pequenas cidades, seus espaços livres e sistemas ecológicos: estudo de caso nas cidades de Xanxerê (SC) e Xaxim (SC). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2021. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227055>.

ASSIS, Geraldo Gonçalves de. Conhecer Araponga/ Araponga: Jard Produções Gráficas LTDA. 2003. 275P.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: X Congresso Nacional de Educação - Educere. Curitiba, 2011.

BARBOSA, Lúcio Otávio Seixas. SOUZA, Carla Cristina Aguiar de. MACIEL, Laura. A participação de Minas Gerais e do Brasil na cadeia produtiva global do café. Economia & Região, Londrina (Pr), v.9, n.1, p.147-166, jan./jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 38.319, de 27 de Setembro de 1996. Cria o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, localizado na Zona da Mara de Minas Gerais. Instituto Estadual de Florestas-IEF.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF, 2011. 76 p.

BERQUE, Augustin. “Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da problemática para uma Geografia Cultural”. In: ROZENDAHL, Zeny (org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

BESSE, Jean-Marc. O Gosto do Mundo: Exercícios de paisagem. As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas. Tradução de Annie Cambe, - Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

CENÁRIOS, Planejamento e Gestão do Turismo. Mônica Maria Liberato, Lício Valério Lima Vieira (Organizadores). Aracaju: Backup Books Editora, 2020. 244 p. Vários autores. ISBN: 978-65-990932-4-1 (on-line) Disponível em: <https://doi.org/10.47022/backup.books015>.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Território da Serra do Brigadeiro. CTA-ZM. 2005. 81p.

COSGROVE, Denis. "A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas". In: ROZENDAHL, Zeny (org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

CULLEN, Gordon. Paisagem urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

ENCARTE 1 – Diagnóstico do Parque. Belo Horizonte: Instituto Estadual de Florestas. 2007. 98p. Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Minas Gerais.

ENCARTE 2 – Planejamento e Manual de Gestão. Belo Horizonte: Instituto Estadual de Florestas. 2007. 138p. Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Minas Gerais.

ENDLICH, Ângela Maria. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná / Ângela Maria Endlich. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2006. 505 p.

ENDLICH, Angela Maria. DETONI, Luana Pavan. Cidades Pequenas I. PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade. n.19, v.5. Primavera de 2021. P. 13-17. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/21701/13525>.

IPHAN; Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural. Bage-RS. 2007.

IPHAN; Carta da Bodoquena ou Carta das Paisagens Culturais e Geoparques. Bodoquena-MS. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) - Coordenação de Geografia. Portal de Mapas. Disponível em

<<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa219396>> Acesso em 21 jun. 2020.

_____. Catálogo de Metadados. Disponível em <http://www.metadados.geo.ibge.gov.br/geonetwork_ibge/srv/por/main.home.> Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Minas Gerais. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=1>> Acesso em: 20 jun. 2020.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA. Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Disponível em <<http://www.ief.mg.gov.br/component/content/197?task=view>> . Acesso em: 20 jun. 2020.

LYNCH, K. A Imagem da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

MORAES, L. A.; ARAÚJO, M. de F. V.; CONCEIÇÃO, G. M. da. O processo de criação e implantação do Parque Estadual Cânion do rio Poti, Buriti dos Montes, Piauí. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 9, p. e71996486, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.6486. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6486>.

MORIN, Edgar, 1921- Os sete saberes necessários à educação do futuro / Edgar Morin ; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya ; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem Cultural e Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SANTOS, Adailton Damião dos. Entre o machado do curupira e gameleiras encantadas: conservação da natureza, território e identidades na serra do brigadeiro, zona da mata mineira (1976 a 2006). 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

SCHENK, Luciana Bongiovanini Martins. Arquitetura da paisagem: entre o Pitoresco, Olmsted e o Moderno/ Luciana Bongiovanni Martins Schenk; orientador Carlos Roberto Monteiro de Andrade – São Carlos, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a Cidade – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.